

O «BRASILEIRO» OITOCENTISTA E O SEU PAPEL SOCIAL

por **Jorge Fernandes Alves**

O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. [...] Personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguezaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo. Bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predilecta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o bração da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerencia dadivosa.

Ricardo Jorge, *Brasil! Brasil!*,
Lisboa, Emp. Literária Fluminense,
1930, pp. 23-24.

Ricardo Jorge deixou-nos um testemunho, vivido mas lúcido, sobre o papel social do «brasileiro» do século passado, enquadrando a «*personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime*» nos seus traços mais iden-

tificadores, tal como mostra a epígrafe com que se inicia este artigo. Para os inícios do nosso século, já este autor reconhece o declínio do seu tipo «diferenciador», a sua fusão e confusão na massa comum, embora o quadro económico e social permanecesse idêntico, isto é, ainda muito dependente da emigração. Trata-se, porém, de uma interpretação maximalista, já que se há situações que se podem enquadrar na visão de Ricardo Jorge, há muitas outras que não só não encaixam no paradigma assim definido, como podem mesmo, em sentido oposto, responsabilizar-se como elemento de sustentação desse «velho regime», por processos directos ou indirectos.

Ora para identificarmos alguns dos múltiplos e peculiares contornos do «brasileiro» impõe-se o recurso à variada pesquisa heurística que forneceu a base documental do nosso trabalho e que permitiu uma colecção de biografias¹. Biografias que, na sua maior parte, são muito incompletas, colagem de notícias, permanecendo grandes «buracos» nas teias de reconstrução dos percursos individuais. Se é difícil reconstituir as biografias de indivíduos a um nível paroquial, assumindo a conceptualização de modelos fechados, mais penosa é a tarefa de traçar os dados identificadores de indivíduos que se movem num espaço aberto, muito alargado e fluído, com origem geográfica e social muito diversa, congregando informações das mais variadas origens em torno de referências nominativas, quase sempre muito precárias. Assim, se pudermos dispor de mais de uma centena de milhar de referências nominais de partida, já só tivemos disponíveis alguns milhares no campo do retorno, e teremos de nos cingir a algumas centenas para situações em que seja possível saber algo mais do que a mera constatação daqueles momentos, sem garantia de uma amostra qualificada. O tratamento a seguir terá de ser agora de natureza qualitativa, procurando situar os comportamentos individuais nos seus contextos, aprofundando os aspectos que parecem sobressair como mais relevantes, na intersecção da informação bibliográfica e documental com a biográfica.

Para uma abordagem do papel social do «brasileiro» oitocentista tivemos em consideração a tipologia elaborada para estas situações por F. P. Cerase relativa às migrações de retorno, que, embora elaborada para contextos actuais, nos ajuda a balizar os limites estreitos por onde passa a eventualidade de modernização da sociedade de partida, tendo em conta a predisposição emergente das várias situações de retorno, atendendo a factores como a idade, o nível económico, os projectos ini-

¹ Cf. o nosso trabalho, *Os Brasileiros — Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento, 1993.

ciais, a interiorização do nível de sucesso ou insucesso, a capacidade de reintegração:

— *retorno de fracasso*, especialmente constituído por emigrantes de origem rural, que só conseguiram postos de trabalho de condição inferior, nunca se tendo integrado nas sociedades de acolhimento, pelo que voltam em condições idênticas às de partida;

— *retorno de conservantismo*, por parte daqueles que, apesar de terem tido algum sucesso, conservam os seus comportamentos tradicionais de origem e vivem na obsessão do retorno para um estabelecimento próprio, em pequenos negócios ou serviços.

— *retorno de jubilação*, por parte dos que tiveram êxito, conseguiram avultadas economias e a idade não lhes permite novas adaptações, pelo que voltam apenas para viver das economias ou das eventuais pensões de reforma.

— *retorno de inovação*, em referência aos emigrantes que aproveitaram a sua experiência para melhorar os seus conhecimentos e qualificação profissional, adquiriram novas atitudes e comportamentos, e voltam ao país de origem para aproveitar os seus conhecimentos numa reinserção mais eficaz na sociedade².

Neste contexto, lancemos, então, um olhar sobre a dinâmica económica e social que se verifica com os emigrantes de retorno no século XIX na área do distrito do Porto. Integrante de um estudo mais amplo já apresentado, para o qual remetemos o leitor interessado³, não consideraremos neste texto o contributo das remessas de emigrantes, bem como nos dispensaremos de traçar aqui o quadro da acção filantrópica, elementos com uma considerável influência naquela dinâmica.

Reintegração e papel social

O painel biográfico de que nos servimos dá-nos exemplos para todas as situações tipológicas embora seja mais loquaz sobre os retornos de jubilação, aqueles em que há uma maior quantidade de registos informativos, já que os seus protagonistas desenvolvem então uma acção mais virada para o exterior, traduzida em benemerências ou nobilitações ou mesmo cargos políticos, favorecendo as impressões laudatórias ou

² Cit. por GONZÁLEZ, Luis Borreguero, «El Retorno en la Emigración: Problemas y Posibles Soluciones», in PEREZ, José Cazorla, *Emigración Y Retorno: una perspectiva europea*, Madrid, Instituto Español de Emigración, 1981, pp. 225-242. Cf. também BOHNING, W.R., *Studies in International Labour Migration*, Londres, Macmillan, 1984, pp. 165-190.

³ Ver nota I.

suscitando críticas em jornais e revistas, às vezes claramente sugeridas ou pagas. Se nestes casos a informação nos é «oferecida», nos restantes temos de a procurar, porque o «brasileiro» fracassado procura ocultar-se e os que encararam a emigração como uma mera etapa de projecto individual tendem a esquecer-la, não lhe conferindo relevo, ultrapassando-a e reduzindo-lhe o significado por virtude do desenvolvimento de acções consensualmente mais importantes, seja no campo da realização agrícola, industrial, comercial ou mesmo nos serviços. Por isso, frequentemente, deparamos com emigrantes de retorno que não dão sinal de «brasileiros», embora a etapa da emigração tenha sido importante, não sob o ponto de vista financeiro, mas sim na possibilidade individual de alargar horizontes, de tomar contactos com outras realidades, de ter exercido outras tarefas, despegando-se dos trabalhos rurais em que a rotina era a marca decisiva e limitadora. O retorno de indivíduos em plena fase activa, não realizados economicamente mas que não aceitam a interiorização do fracasso e lutam pela afirmação pessoal, recuperando o sentido de aventura ainda não esgotado pela experiência migratória, produziu situações de sucesso para alguns, que vieram encontrar, aqui, actuando a partir da cidade (normalmente Porto ou Lisboa), o seu «Brasil».

Naturalmente que a situação de bastantes retornados era desesperada, nomeadamente as dos que, doentes, decidiam voltar, numa última esperança de cura com os ares temperados da terra natal. Se a febre-amarela e a cólera não davam tempo para o retorno, dado o seu carácter fulminante, já a tísica, tão frequente em situações de insalubridade, sobre-esforço e fraca alimentação a que muitos emigrantes se sujeitavam, desenvolvia um processo mais prolongado, permitindo o retorno, sobretudo depois do encurtamento das viagens com os vapores. Não raro estas viagens agravavam o mal e então o retorno assumia os contornos dramáticos do desterrado que vem, literalmente, exalar o último suspiro na terra natal, às vezes nem tendo tempo de chegar à sua aldeia, à casa da família, morrendo pelo caminho. Em termos epidemiológicos e já no século XX, chegou mesmo a ser questionada a ligação das regiões de emigração e retorno à propagação da tuberculose. Neste campo, as associações de portugueses no Brasil⁴ tiveram um

⁴ Como exemplo, veja-se a acção da Caixa de Socorros D. Pedro V, no Rio de Janeiro, com uma diversificada acção filantrópica que já ultrapassou os 125 anos. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Filantropia e Imigração — A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro, 1990. Uma relação das principais associações portuguesas no Brasil nos princípios deste século pode ser lida em SILVA, Fernando Emygdio da, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1917, pp. 277-285.

papel importante no repatriamento, subsidiando o regresso de emigrantes inválidos, embora, aqui e ali, surjam situações que nos permitem desconfiar dos números oficiais, não no seu quantitativo apresentado, mas na adequação do subsídio, pois alguns casos de repatriamento nesta situação são seguidos de nova emigração para o Brasil pelos respectivos protagonistas. Neste movimento de inválidos e subsidiados ocorreriam sempre alguns processos menos transparentes, permitindo a alguns fazerem a viagem à terra gratuitamente.

Dos que retornam com saúde mas sem sucesso económico há ainda os que se vêem obrigados a partir de novo, seja por inadaptação social, seja por rejeição familiar, por não quererem carregar o fardo do «insucesso» e acharem que, apesar de tudo, o Brasil ainda representa alguma oportunidade. Nos testamentos surgem alguns casos de chamada das despesas das suas viagens à conta final de partilhas, lendo-se alguma desilusão nestas situações, o que terá criado o ambiente propício à reemigração. Naturalmente que outros, com mais autonomia, preferem partir para a cidade e procurar os empregos de tipo urbano. Veja-se o caso de José Francisco da Silva, de Vilar do Pinheiro. Criança travessa e alentada, passava a vida a jogar o soco com os outros rapazes, pelo que constantemente havia queixas à família. Então, «*sua mãe, viúva, receando mais tarde não poder com elle o mandou para o Brazil para um seu primo que ali estava onde se demorou uns anos, sem fortuna alguma fazer, mas muito mais civilizado do que tinha ido. Voltando tomou conta da sua casa, deu bom viver a sua mãe e olhou pelas suas duas irmãs*». Trouxe o gosto de se instruir, ora lendo, ora falando com pessoas cultas, mostrando «*habilidade rara para composição e paz entre os desavindos*», a tal ponto que esquecia os interesses próprios, tendo de arrendar as suas terras, apesar de nelas proceder a algumas reformas. Era um dos mais activos nas festividades locais ao S. Bartolomeu, principalmente na dinamização das iluminações em cascata que se tornaram célebres e foram imitadas no Palácio de Cristal do Porto. Mas, face à ingratidão sentida, abandonou a sua casa e foi empregar-se como revisor na linha férrea Porto-Póvoa, passando pouco depois para chefe de uma das estações do «americano» do Porto, «*mostrando sempre o que valle o Rato de Vilar do Pinheiro*»⁵.

Mesmo em situações de sucesso e em estratos sociais relativamente elevados a rejeição pode ser um facto. Que o diga Joaquim da Costa

⁵ Seguimos e transcrevemos o testemunho do P.^o Joaquim Antunes de Azevedo, num manuscrito de memórias locais, em quatro cadernos, inédito, mas precioso para o reconhecimento individual e familiar das Terras da Maia, na segunda metade do século passado: 2.^o caderno, p. 95.

Ramalho Ortigão (irmão do escritor de *As Farpas*), natural de Cedofeita e filho do proprietário do célebre Colégio da Lapa, que emigra aos 13 anos (1856) para o Rio de Janeiro, ocupando-se como caixeiro numa firma de comissões⁶. Uns anos depois já aparecia como guarda-livros e sócio da firma «Sousa Breves & C.^a», para mais tarde formar a sua própria firma «Ortigão & C.^a». A sua preparação intelectual⁷ e disponibilidade pessoal levam-no a ser um dos membros mais dinâmicos da comunidade portuguesa do Rio. Muito versado em economia, produzindo frequentes conferências e artigos, era muito escutado, a nível oficial, no Brasil, tendo integrado a direcção e presidido ao Gabinete Português de Leitura e do influente Centro de Comércio e Lavoura. Em 1875, vem a Portugal, por onde se demora 2 anos. Pois, a propósito do seu regresso, o biógrafo sugere que, na segunda partida da terra, não levou «*as saudades da primeira despedida nem as gratas impressões de um acolhimento e convívio amistoso e fraternal, a que tinha direito entre os seus compatriotas*»⁸.

Retoma profissional e casas de lavoura

Para outros a emigração e o retorno não eram dramas, pois constituíam a possibilidade de amealhar algum capital, partindo-se com objectivos de curta duração, de forma a possibilitar o estabelecimento familiar e profissional, retomando-se depois a actividade anterior, de forma mais independente ou mais dinâmica. Estamos perante o retorno de conservantismo, já que não há qualquer ideia de ruptura com a ordem social vigente, nem tão-pouco a de introduzir alterações significativas no processo produtivo. Casados ou solteiros estes emigrantes partiam com a intenção declarada de resolver problemas pontuais de investimento através de uma retirada por alguns anos, quer para ganhar o dinheiro necessário à entrada das «legítimas» aos irmãos e assumir a propriedade da família, ganhar para o dote que lhes permitisse casar socialmente bem colocados, resolver problemas de dívidas, encetar obras de reforma ou

⁶ Desta família emigra, 5 anos mais tarde, ainda outro irmão, António Manuel, de 13 anos (passaporte em 1860/08/10).

⁷ Preparação intelectual que, dada a baixa idade de partida, não poderia ter um grande fundamento escolar, mas sim a de autodidacta, desenvolvendo um esforço pessoal que outros emigrantes também confessam, e que, não raro, está na base do seu sucesso, sobretudo à medida que se caminha para formas mais desenvolvidas da economia brasileira.

⁸ In «Joaquim da Costa Ramalho Ortigão», *Commercio e Industria*, vol. 3, n.º 90. (Daqui em diante designaremos esta publicação pela abreviatura C.I.).

aquisição de bens na casa, estabelecer-se no comércio. Tratava-se, fundamentalmente, de reforçar a posição individual e/ou familiar no tecido social de origem. Era este, com certeza, um quadro maioritário, sobretudo para os que partiam já adultos, com casamento já delineado ou já casados, deixando a família deste lado, embora no decorrer do percurso pudesse surgir a reconversão do projecto, dependendo de factores como o grau de inserção conseguido na sociedade de acolhimento ou o fracasso relativo, o nível cambial, etc.

É uma situação que, ao nível modesto, podemos ilustrar deste modo: Domingos Gomes, do lugar do Teso, em Vilar do Pinheiro, teve dois filhos gémeos — António e Ana. Enquanto esta casou em casa, o António foi para o Brasil. Arranjando alguma fortuna, voltou para junto dos pais e casou, passando a residir numa casa que construiu junto à estrada, no lugar da Igreja, onde se ocupava «*com negocio, lavoura e no officio de carpinteiro, que em tudo vae bem porque a mulher muito o ajuda no negocio pois que sabe ler e escrever*». Duma outra família do mesmo lugar nasceram dois irmãos, um ficou a sapateiro, «*outro tendo ido ao Brazil, veio casar, comprando depois uma bouça que foi deveza junto da estrada no lugar de Sangemil, ali mandou construir uma casa onde reside com sua mulher e filhos occupando-se no officio de carpinteiro como o seu pai*»⁹. O sentido da autonomia pessoal e da independência surgem aqui de forma vincada, mas na continuidade da tradição familiar.

Em muitos casos, esta situação de retorno de conservantismo tinha significados mais complexos, pois traduzia-se em verdadeira ascensão social, assumindo, portanto, foros de alguma consagração. A prática de casamentos entre as famílias de casas de lavoura passa agora a contar com estes candidatos, alguns de famílias muito humildes mas com dinheiro suficiente para o dote necessário, sendo de sublinhar que, neste campo, se verificou uma autêntica inflação. Dotes que nos inícios do século XIX eram inferiores ao conto de réis (500 ou 600 mil réis) para determinadas casas de lavoura, estavam nos finais do século em 5 a 6 contos de réis, correspondendo tanto a uma maior oferta no mercado de casamento como à elevação dos preços das propriedades agrícolas, em grande parte fruto da maior abundância de dinheiro e do tradicional investimento em terras por parte dos «brasileiros» e suas famílias. Muitas casas de lavoura do Douro Litoral, propriedades relativamente extensas na sua dispersão parcelar, de modo a congregarem a habitação, os terrenos de cereal, o lameiro para o gado e o espaço florestal para mato e lenha, devem a sua sobrevivência a alianças nupciais com brasileiros

⁹ AZEVEDO, P.º Joaquim Antunes, ob. cit., 2.º caderno, p. 70 v.º.

ou seus familiares, a única possibilidade de arranjarem o dinheiro suficiente para compensar os outros herdeiros e evitarem a fragmentação da propriedade.

Este papel das alianças nupciais assume contornos importantes na região. Veja-se o caso do «brasileiro» Ant3nio da Silva Moreira, apoiando a fam3lia da irm3, vi3va e cheia de filhos, exemplar na cadeia de solidariedade familiar:

«Deu bons dotes a suas sobrinhas para ellas casar, casando a Maria para a casa do Bas3lio ou do Barranha em Vila Nova da Telha; a Anna para casa do Pedro da mesma aldeia de Vila Nova; a Joaquina para casa do Vulgo em Real de Moreira; a Margarida para casa do Alves do Couço da mesma freguesia; a Teresa para casa do Oliveira de Esposade, em Cust3ias. Os rapazes levou-os para si para o Brasil aonde os fez homens, casando o Joaquim com sua filha mais velha, destinando a mais nova, que faleceu em Pedras Rubras, para o seu sobrinho Manuel. Estes parece-me que tamb3m j3 ajudaram aos dotes d'algumas de suas irm3s e j3 est3o patrocinando no Brasil os filhos d'estas»¹⁰.

Registe-se que o comendador Moreira teve os princ3pios de vida que se poderiam generalizar a muitos emigrantes: *«seu pae era um pobre carpinteiro da lavoura, e elle seguiu seu pae no mesmo officio d'andar com jigo as costas, hoje aqui, amanh3 acol3, sempre em obra grossa, como 3 a da lavoura, e ainda muito crianca at3 que se resolveu a pedir a seu pae para ir para o Brasil onde o esperava a fortuna e os perigos e trabalhos»*. Regressado, foi um dos maiores benem3ritos da igreja de Moreira da Maia, aonde gastou mais de dois contos de r3is no madeiramento e telhados e construiu um jazigo com est3tua a encimar no cemit3rio da freguesia. Tinha pr3dios no Porto (rua das Malmerendas) e na Foz, sendo um dos quarenta maiores contribuintes da cidade, tal como o seu genro e sobrinho, o brasileiro Joaquim Soares, de Pedras Rubras. Educou as filhas num col3gio de Lisboa, casando-as logo que de l3 sa3ram.

Outras vezes, essas casas de lavoura eram simplesmente compradas pelos «brasileiros», em pessoa ou pelos seus familiares, iniciando-se logo melhoramentos, embora nem sempre com sentido produtivo. Mas, principalmente, foram as casas da pr3pria fam3lia que os «brasileiros» renovaram e ampliaram, atrav3s de remessas monet3rias e depois no seu retorno. Em situaço de decad3ncia ou apatia, muitas casas experimentaram uma lufada de ar fresco, com a injecco de capitais vindos do

¹⁰ AZEVEDO, P.º Joaquim Antunes de, 3.º caderno, pp. 85v.º-86.

Brasil, que, em alguns casos, significou o arranque para uma nova dinâmica de produção¹¹.

Das diversas descrições que possuímos destas casas rurais e suas reformas, podemos dizer que estas obedeciam a um padrão geral. Murava-se a habitação e terrenos circundantes, frequentemente depois de processos de arredondamento por compra (ou troca) de parcelas anexas. Alteava-se aquela com a construção de um primeiro andar, libertando-se o rés-do-chão das cortes de gado, pela construção de edifícios próprios e separados. Nas mais ricas, construía-se ainda a casa do caseiro, já que normalmente o «brasileiro» supervisionava o trabalho agrícola, mas raramente a ele se entregava. A habitação do proprietário passava a destacar-se pela sua altura e janelas, muitas vezes com vidros coloridos, com o exterior pintado de cor garrida, a destoar da cal branca aqui muito utilizada pela maioria das casas comuns. Elemento fundamental da casa era a água: os brasileiros foram autênticos «mineiros», procurando a água na nascente longínqua ou abrindo poços no local, murando as condutas, mais tarde utilizando os típicos moinhos de vento que ainda hoje são visíveis para levar a água ao interior da habitação. Contribuíram decisivamente para ultrapassar a fonte de chafurdo, normalmente de utilização colectiva nos diversos lugares da aldeia e impuseram deste modo modelos arquitectónicos e funcionais. É certo que bastantes casas, nas suas reformas, adquiriram elementos extravagantes e exóticos, que as faziam sobressair inesteticamente na paisagem, criando a polémica figura da «casa do brasileiro», mas não podemos esquecer a componente da sua nova funcionalidade e salubridade, quer nos aspectos da água e separação dos animais, quer no seu arejamento e luz interior, com a utilização de janelas e vidros, materiais então pouco utilizados e que agora sofrem uma autêntica democratização. Para além disto, muitas casas de «brasileiros» mantiveram uma grande sobriedade, constituindo antes de tudo formas de renovação da casa agrícola, que, a pouco e pouco, se foram disseminando e naturalizando na paisagem.

Para apreendermos melhor o contraste, não podemos esquecer que as casas tradicionais da época eram térreas, baixas e acanhadas, com o eido dos animais anexo, pois os «*bois entram e saíam quasi em todas*

¹¹ Um exemplo é o do Barão de Rio Ave, Bento Rodrigues de Sousa, de Vila do Conde (nasceu em Vairão, viveu depois em Macieira), que tendo emigrado muito cedo para o Brasil, regressou endinheirado por volta dos 30 anos, dedicando-se às terras paternas, que desenvolveu e ampliou, tornando-se num dos mais importantes proprietários rurais do Norte. Influente local, militou no Partido Progressista, aderindo depois à República.

as casas de lavoura pela mesma porta da cozinha e d'alli para o eido por uma tosca cancella que com alguns paos ao comprido formavam a unica vedação do eido dos bois para a cozinha, parece que os bois engordavam mais com esta convivência e se tornavam mais mansos, por isso ainda em muitas casas se conserva este costume [...] No eido se faziam os despejos da cozinha e outras necessidades»¹². Normalmente a casa não tinha janelas, a luz vinha da trapeira do telhado, por onde saía o fumo da lareira. Na cozinha ficava frequentemente a capoeira das galinhas e a cama da criada quando esta existia. Fora da porta e encostado à cozinha ficava o alpendre, aonde se guardava a comida do gado e servia de casa da eira. O celeiro (ou casa da tulha) era outro compartimento frequente, junto à cozinha, onde se guardavam os pães em caixas ou arcas, e, quando de dimensão suficiente, nele dormia pessoa de confiança dos patrões ou até os próprios, pois aí ficava muitas vezes a salgadeira, razão porque tinha chave na porta. Conforme a dimensão económica da «casa» assim cresciam, na horizontal, novos compartimentos.

Façamos, no entanto, uma incursão no terreno para observarmos alguns exemplos do mundo tradicional que, aos poucos, se desmorona para dar lugar a um outro, de influências importadas, baseado na transposição para o meio rural de uma composição arquitectónica em que se nota a influência da casa urbana mesclada com concepções tropicais. Um caso interessante, que nos revela a substituição da «aristocracia agrícola tradicional» pela família do «brasileiro», é o que se passa com a «Quinta de Quires», em Vila Nova da Telha, a única casa de lavoura no lugar do mesmo nome nos finais do século passado. Considerada ao tempo como uma das maiores casas de lavoura da Maia, superior em muitos aspectos à célebre quinta do Mosteiro de Moreira da Maia, a quinta de Quires surgia como o resultado da junção de três ou quatro casas, sucessivamente unidas através do dote de casamento de três gerações, acabando reunida nas mãos do capitão de Quires, José Dias Aroso (1785-1849). Foi este que construiu a principal casa de habitação e, embora não trabalhasse no campo, administrava a sua casa, mas *«naquelle tempo não se podia fazer fortuna, as castanhas davam pouco, as lenhas iam todas para Mattosinhos a troco d'estrume, engorda do gado quasi que não havia, restava o trigo e algum milho e feijão para fazer dinheiro e alguns touros que criados em casa deixavam quando se vendiam algum lucro»*. Esta casa passou a seu filho Joaquim de Sousa Aroso, formado em direito pela Universidade de Coimbra, o qual, casando em Matosinhos, a administrava por sua conta, colocando lá um

¹² AZEVEDO, P.º Joaquim Antunes de ob. cit., 1.º caderno, p. 103.

feitor. Desenvolveu algumas obras com elevadas despesas, nomeadamente na mina da casa, numa cortinha, no arrasar de valas e paredes que dividiam as antigas parcelas, e depois numa grande plantação de hortaliças e legumes que tencionava comercializar na cidade do Porto, tal como o leite de numerosas vacas que comprou para o mesmo fim, para o que mandou construir um carro apropriado. Negociou ainda as muitas carvalheiras que a casa possuía para fazer carvão a vender na cidade, com o que tirou algum lucro. Mas as hortaliças não produziam por falta de adubo, as minas de água caíram, a fortuna fá-se desfalcando, pois a «mulher criava muito a miudo, tratando-se sempre certa grandeza». Ainda tencionara murar a quinta, mas ficara-se pelo portão, pensando então em vendê-la. Entretanto, vai dedicar-se à carreira burocrática, tentando ainda antes uma eleição falhada a deputado, mas conseguindo ser durante algum tempo administrador da Maia e assumindo depois o cargo de tabelião em Matosinhos. É nesta circunstância que a quinta vai ser comprada do Brasil (1870) por Manuel Francisco de Oliveira, natural de Perafita, por informação de seu irmão e cunhados, por 24 contos de réis, o qual pouco antes tinha comprado outra do mesmo modo, em Vilar do Senhor, por 4200\$000. Do Brasil, logo o Manuel mandou fazer obras, reformando as minas de água da casa, empedrando agora as que tinham caído, construindo eidos de gado cobertos, novos palheiros, a casa da eira e uma eira de pedra em substituição das três de barro que existiam. Nas portas das casas e nas ramadas mandou aplicar madeira do Brasil por ele enviada. Mas acabou por morrer no Brasil, sem filhos, deixando à família estas quintas e mais fortuna, pelo que o irmão e cunhados acabaram as obras (o muro, portão de ferro e novas ramadas)¹³.

O caso do «brasileiro Mathildes», dono da «casa da Ponte», no lugar da Travessa, em Vilar do Pinheiro, é ainda mais explícito sobre os comportamentos algo excêntricos destas personagens. José Francisco Pires era filho de pai incógnito e de Matilde, solteira (daí a alcunha). Emigrou para o Brasil, donde trouxe uma fortuna avaliada em dezoito contos de réis, o que lhe permitiu casar com Maria Dias Senra, numa importante casa de lavoura. Transformou a sua pequena casa que comprara no lugar do Teso numa grande casa de lavoura que denominou «Bem-fica». Começou por murar a habitação e seu domínio, o que teve de fazer por três vezes, dada a fragilidade da terra e pelo facto de passar por baixo uma mina de água. Comprou depois a casa que lhe ficava em frente do caminho, trocando-a por outra, ligando as duas casas por uma

¹³ Idem, 3.º caderno, pp. 115-127.

ponte, por cima do caminho público, mandando fazer para cada casa portões de ferro iguais e com pirâmides de pedra a enquadrá-los (em 1839). Tratou de se fornecer em água, mandando abrir a mina respectiva. Fazia obras contínuas, acompanhando de perto os operários. Plantava muitas flores e teria sido dos primeiros na região a ter japoneiras no jardim. Tinha uma verdadeira colecção de aves exóticas — papagaios, araras, galinhas do mato, pavões. Todas as terças e sábados se deslocava ao Porto, montado na sua mula, tornando-se num dos influentes da terra. À mulher, que o acompanhava sempre às romarias, ofereceu-lhe muitos adornos em ouro, um faqueiro de prata, uma caixa de música, um santuário muito rico representando a descida da Cruz. Não tendo filhos, tudo legou à mulher e esta, por sua morte, a uma sobrinha, tendo a casa estado longo tempo abandonada após a sua morte¹⁴.

Este abandono era um facto que ocorria com alguma frequência, pois alguns «brasileiros» faziam casamentos tardios, não surgindo filhos. Acontecia isto normalmente com os mais endinheirados, dado o longo tempo de permanência no Brasil, pelo que as quintas mais caras e nas quais se gastavam avultadas quantias caíam novamente em decadência, após a morte destes proprietários. Na verdade, tais quintas passavam geralmente aos sobrinhos, sucedendo-se processos de partilha morosos, ora conjugados com a falta de ligação afectiva à propriedade, ora com a falta de capitais para gerir estes empreendimentos pesados, raramente auto-sustentáveis na sua exploração. Para além disso, estas quintas quase nunca eram exploradas directamente pelos proprietários, sendo geralmente arrendadas. Tornavam-se, portanto, mais eficientes, sob o ponto de vista da dinâmica produtiva, as pequenas propriedades ou quintas, geridas pelos próprios donos, ainda em idade activa no seu retorno, com continuidade na sua descendência. Por exemplo, o acima citado comentador Moreira, em vez de esvaziar os seus capitais numa quinta, procurou antes dinamizar as casas de filhos e sobrinhos, para além do dote inicial, contribuindo para obras diversas.

Corremos as aldeias rurais, procuramos os vestígios da acção dos «brasileiros» e o quadro repete-se, com poucas variantes, nesta área do Douro Litoral. Olhamos à esquerda e à direita, em frente ou para trás, e, ao perto ou ao longe, lá está a casa do século passado, com três grandes janelas (quase sempre góticas) no primeiro andar (uma com sacada ou varanda), com duas janelas e porta central no rés-do-chão, rodeada de vinhas e cercada de muros altos, com o seu portal de ferro encimado por uma inscrição, com a data de construção, às vezes também as abreviaturas

¹⁴ Idem, 2.º caderno, pp. 69-70 e 96v.º-98.

do proprietário. De tão frequentes banalizaram-se à nossa vista, deixando-nos apenas prender pela mais exótica e recente, a que apresenta vistosos azulejos e o seu jardim fronteiro, com pombal e a inevitável palmeira a perdurar ainda. Secundarizamos as casas mais sóbrias, as que apresentam soluções de continuidade da casa rural, com inovações que foram rapidamente assimiladas, para privilegiarmos as que surgem como sinais de ruptura, ferindo a paisagem, numa transplantação discutível mas de maior visibilidade social. Evidentemente que muitas destas casas apresentam sinais de grandes alterações posteriores, inevitáveis na adaptação de espaços à funcionalidade das gerações sucessivas, outras estão hoje em declínio quase irreversível, profundamente arruinadas, algumas têm sido mesmo demolidas na actual vaga de urbanizações¹⁵.

Se à procura da cultura material associarmos a procura do testemunho escrito, também o quadro não sofre alterações sensíveis em relação ao acima esboçado. Munidos das notas documentais, vamos à freguesia de Lavra e na eminência topográfica de Paiço, lá está a casa, de António Costa, o «Sério», que, do Brasil, mandou construir junto da casa do pai a sua vivenda (por 1858), aonde se destacava a janela de sacada com vidros de cores e virada para o Poente. António comprou depois as terras anexas até constituir uma casa de lavoura importante, vindo para casar com uma filha dos Hora Mota, de Aveleda, e alguns dos seus filhos tiveram como destino de novo o Brasil. Perto desta ficava a casa do Paulino, construída sobre a que existia anteriormente, mas agora com clarabóia e as paredes pintadas de roxo, por um filho que residiu no Brasil até 1883. Ainda no mesmo lugar, a casa do brasileiro Valegas, que se distinguia pelo seu imponente portão, residência de campo, pois o dono era proprietário no Porto. Um pouco mais à frente, no Freixieiro (Perafita) surgia a casa do comendador Manuel António da Silva, capitalista de grande fortuna obtida no Brasil, que durante mais de trinta anos trouxe sempre operários empregados, principalmente pedreiros. Foi ele quem comprou os sinos para a Igreja local e o primeiro a construir uma capela de jazigo no cemitério de Perafita, tendo sido ainda presidente da Câmara Municipal de Bouças. Com maior ou menor informação individual, seria um nunca mais acabar de referências, com locais de grande concentração de casas de brasileiros na faixa litoral (Gião, S. Mamede de Infesta, Leça da Palmeira, Leça do Balio, por exemplo)

¹⁵ Sobre o significado da «casa do brasileiro» no campo do património cultural e sua preservação, cf. LOUREIRO, José Carlos, «A casa do Brasileiro», *Os Portugueses e o Mundo — Conferência Internacional (1985)*, vol. VI, Fundação Eng.º António de Almeida, 1989, pp. 33-36.

e nas sedes de concelho, mais dispersas, mas ainda numerosas, à medida que caminhamos para o interior rural.

Torna-se, assim, difícil discernir entre conservantismo, jubilação ou inovação a propósito destes retornos de emigrantes do Brasil para as zonas rurais. Mas os traços mais salientes das suas vivências apontam-nos aqueles aspectos como processos indissociáveis: a formação ou refundação das casas de lavoura, através da organização de quintas, é um mecanismo profundamente tradicional e, para muitos, representa apenas o regresso às origens, agora numa posição mais favorável. O casamento, a habitação vistosa são formas de jubilação, isto é, correspondem a uma retirada do trabalho intenso que a emigração implicava, mas como o viver dos rendimentos acontece ainda em idade (pelos 40 anos) procura-se também a afirmação pessoal, explicita-se o percurso exterior com o objectivo do reconhecimento público do meio de partida, procura-se a reinserção a um nível mais elevado. Neste sentido, a emulação é mais importante do que a inovação, embora se possa discernir algum efeito inovador, por exemplo, na utilização e divulgação dos novos materiais e modelos arquitectónicos, sobretudo no campo da salubridade das habitações. Será eterna, por outro lado, a discussão sobre o papel social da figura do emigrante enriquecido, enquanto indutor da realização individual como processo de mudança social, logo enfraquecendo as vias de transformação colectiva¹⁶ — trata-se aqui do efeito de «válvula de escape» desempenhado pela emigração em relação aos fenómenos de tensão social.

Festas e romarias

A reintegração tem também os seus aspectos simbólicos e a participação nas festas e romarias assume contornos jubilatórios, nomeadamente pelo incremento de grandiosidade que os brasileiros patrocinam (pagando andores, fogo de artifício), assegurando a sua participação, em lugares de destaque, nas procissões, o que levava Fialho de Almeida, perante um desses desfiles, a interrogar-se sobre se existiria «*recanto minhoto onde os santos dêem publicamente tais testemunhos de preferência aos comendadores brasileiros de sua panelinha*»¹⁷. Participação

¹⁶ Cf. BIRNBAUM, Pierre e LECA, Jean (eds.), *Sur l'individualisme*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

¹⁷ ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 4.ª vol., Lisboa, Clássica Editora, 1949, p. 141.

que vão conquistando através das grandes esmolas que dão para igrejas e confrarias, assegurando grande parte de custos de edificação ou renovação de templos ou seus interiores, madeiramentos, altares, a instalação de relógios ou sinos novos, aspectos que normalmente asseguram também uma comenda. Mas também porque são pressionados a ocuparem os lugares de «juiz» das confrarias, mesmo quando estão ausentes, como forma destas assegurarem as suas contribuições¹⁸.

Por vezes as festas têm carácter profano, quando qualquer rito de passagem as justifica, nomeadamente as festas familiares de baptizados e casamentos, ou muito simplesmente, a chegada de um familiar, festas normalmente espaventosas. Veja-se, em resumo, a surpresa criada pelo conhecido «brasileiro» Gaspar Ferreira Baltar (com ligações à fundação e afirmação do jornal «O Primeiro de Janeiro», em 1868) na recepção ao irmão Caetano, seu sócio no Brasil, que, deixando lá a mulher e os dois filhos, veio visitar a família, na casa da Curveira, em Penafiel. Tendo ido ao Porto buscar o irmão de barco, através do Douro, combinou com cerca de 40 amigos, que estes o fossem esperar na volta. Para isso fretou dois barcos em Entre-os-Rios, um para o conjunto de convidados para o efeito, o outro para a filarmónica de Paiva. Parte-se rio abaixo ao som da música e na maior alegria, «*os que não eram jovens brincavam como se o fossem*», descem até Midões, aonde se dá o encontro. Sobem no ar imensos foguetes, trocam-se abraços, e navega-se rio acima, com «*animante musica, entremeada de espaço a espaço de estridente fogo do ar*». Já noite, os barcos aportaram à povoação. Todos seguiram, então, numa longa fila de cavalos, alumiada por numerosos archotes, até à casa iluminada com arcos e festões, com inúmeras bandeiras içadas em postes pintados, sendo as duas primeiras a de Portugal e do Brasil. Seguiu-se o beberete ao som da música e a meio da noite um chá com «*toda a profusão de finos e variados doces*», tendo lugar os inevitáveis brindes e não faltando a posterior divulgação à imprensa¹⁹.

E se a jubilação maior, a homenagem da terra em agradecimento às benemerências locais é normalmente póstuma, há sempre aquele que

¹⁸ Veja-se o caso de João José dos Reis, barão e depois Conde de S. Salvador de Matosinhos, quase sempre ausente de Portugal, mas consecutivamente eleito para juiz da Irmandade do Bom Jesus de Bouças. Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria da Conceição Azeredo Pinto, «A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e seus Reflexos na Vila de Matosinhos», *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II vol. Porto, 1985, pp. 111-186.

¹⁹ Cf. «Comunicado», *O Comércio do Porto*, de 24.10.1861, p. 3. (Daqui em diante, referimos este jornal pela sigla C.P.).

a consegue em vida. Foi o caso de José da Silva Figueira, o futuro Visconde de Barreiros, da Maia, que após o regresso definitivo à terra natal, além de diversas ofertas à Igreja, mandou construir duas escolas e casas para professor, próximo da moradia que ali ergueu. Terminada esta simbolicamente a 9 de Julho de 1881, no dia seguinte, a 10 de Julho, vai ser alvo de homenagem, integrada nas festas locais da Sr.^a do Bom Despacho. Missa solene de manhã, com o Senhor Exposto, sermão pelo célebre cónego Alves Mendes e procissão (pela primeira vez da Igreja ao Picoto, na estrada aberta pelo comendador até ao local da sua residência) com andor e imagem da Senhora oferecidos, no ano anterior, pelo homenageado e agora enriquecido com novos adornos. Às cinco da tarde, as bandas de música (excepcionalmente 3 nesse ano) juntam-se e tocam no Picoto, junto à casa e escolas, houve discursos com a presença do comendador e de seu pai, sendo então descoberta a respectiva estátua (colocada no alto da escola), erguida a expensas da junta de paróquia, Lançaram-se vivas e foguetes ao ar, num dia de grande regozijo²⁰.

Negócios urbanos. Banca. Comércio. Indústria.

Se passarmos à cidade os comportamentos não são divergentes, embora o contexto seja mais propício ao comércio e negócios financeiros, actividade económica em que o «brasileiro» se sente como peixe na água. No entanto, o «brasileiro» urbano e o «brasileiro» rural são, muitas vezes, a mesma pessoa, recuperando aqui o estatuto da dupla residência, uma no campo, outra na cidade, tal como o negociante de grosso trato tinha no Rio de Janeiro o sobrado e nos arredores a sua chácara.

Mas é na cidade que surgem as oportunidades de negócio, que se tornam operativos os mecanismos de atracção de capitais a solicitar o empenhamento dos «brasileiros», quer levando-os a participar nas arrematações criadas pelos negócios públicos ou nas sociedades anónimas, dando-lhes em troca lugares de prestígio nos corpos sociais. A legislação favorável às sociedades anónimas (lei de 22 de Junho de 1867) conseguiu atrair o capital de muitos «brasileiros», pois, como

²⁰ As benemerências e a homenagem constituíram as etapas prévias à nobilitação. No ano seguinte (9.3.1882) era-lhe concedido o título de Visconde. Seguimos de perto a descrição do P.^o Joaquim Antunes de Azevedo, 1.^o caderno, pp. 80-80v.^o. Sobre este tema, ver ainda OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu, *Visconde de Barreiros — estudo biográfico*, Maia, C.^a Municipal, col. Temas Maiatos — 8, 1984.

toda a gente, estes eram avessos a grandes aventuras negociais em que eventuais falências pudessem pôr em risco os seus cabedais amealhados ao longo de uma vida de sacrifícios e privações. Por isso, no retorno, os que continuavam a dedicar-se ao negócio preferiam retomar pessoalmente o esquema de remessas dos produtos tradicionais entre o Porto e o Brasil com correspondentes conhecidos, utilizando as suas antigas embarcações à vela, quando muito compravam um novo veleiro em sociedade e mantinham a rotina comercial, nomeadamente através das consignações, o que lhes dava algum lucro e lhes assegurava o prestígio na praça.

Com a livre criação das sociedades anónimas, dentro das normas legais mas independentes do poder administrativo, e a inerente limitação da responsabilidade civil ao capital empregue em acções, há um campo maior para a aplicação de capitais e, neste contexto, muitos «brasileiros» disponibilizam quantias consideráveis que antes apenas se empregavam em depósitos bancários, títulos de dívida pública e bens de raiz. O surto bancário da década de 70, por exemplo, inscreve-se neste quadro. Tudo se passa agora de forma mais difusa, dada a transmissibilidade dos títulos, mas a acção dos «brasileiros» pode ver-se quer nas listas de accionistas, quer nos corpos sociais das companhias, quer nos percursos biográficos. É certo que a evolução conjuntural, com a baixa de câmbio, crises decisivas e múltiplas falências no último quartel do século passado, não será favorável à multiplicação deste tipo de investimentos, contribuindo para a retracção finissecular das remessas e a crescente apetência pelo investimento no Brasil, nomeadamente na sua dívida pública, mas também no campo comercial e no industrial. Mas o juro e o dividendo foram sempre os elementos económicos de maior atracção do «brasileiro» e, por isso, integram normalmente as caricaturas literárias de que esta foi alvo. Não obstante, muitos dos brasileiros do Porto tinham iniciativa própria e, por vezes, lideravam mesmo a dinâmica dos interesses económicos. Bastará lembrar que a Associação Comercial do Porto tinha nos seus corpos gerentes, invariavelmente, vários brasileiros e um deles, o Conde de Silva Monteiro, foi presidente da Direcção no difícil período de 1875-1877, tendo a sua influência sido decisiva para impulsionar obras como a do porto de Leixões, o caminho-de-ferro da Póvoa de Varzim ou a fábrica de papel de Ruães, entre outras, para além do seu empenhamento pessoal na tanoaria a vapor, na Companhia Aurifícia (empresa do ramo metalúrgico), nas minas do Braçal, e da participação autárquica (vice-presidente da Câmara)²¹.

²¹ Cf. PEREIRA, Firmino, «Conde de Silva Monteiro», *C.L.*, vol. 3, n.º 64, Porto, 1886.

De igual modo, na Associação Industrial do Porto²², dinamizada pelo Visconde de Castro Silva, que solicitou a aprovação régia dos Estatutos em 1852, vamos encontrar como elementos da direcção os «brasileiros» Isidoro Marques Rodrigues e Francisco Gonçalves de Aguiar²³. E mesmo na Associação Industrial Portuense vamos encontrar um «brasileiro», João Francisco Aranha, gravador e lavrante, presidente da comissão instaladora, vice-presidente da primeira direcção e um dos membros mais dinâmicos e instruídos, com colaboração frequente e judiciosa no Jornal da Associação²⁴. «Brasileiros» houve, de origem portuense, que foram desempenhar esse papel para a capital: Carlos Ferreira dos Santos Silva foi presidente da Associação Comercial de Lisboa, sócio da casa bancária «Fonseca, Santos & Viana», talvez a mais importante ao seu tempo, mas nascera no Porto, em 1828, e depois de fazer com os irmãos os seus estudos em França (Colégio da Sacra Família, em Fontenay-aux-Roses, escola preferida pela alta burguesia portuguesa e brasileira), foi «caixeirar» para o Pará, para casa do tio Henrique de La Rocque, mostrando que o Brasil era também uma etapa recomendável para quem queria uma carreira comercial de elite. Depressa subiu a sócio e casou com a filha de um abastado capitalista local, tendo regressado a Portugal ao fim de 14 anos de emigração e fundado a casa bancária já referida²⁵.

²² Não confundir a Associação Industrial do Porto com a Associação Industrial Portuense. A primeira era afectada à Associação Comercial, tinha a sua sede no Edifício da Praça do Comércio. Naturalmente disputavam o mesmo espaço e a primeira parece ter surgido para fazer face à movimentação de um grupo de industriais e artistas que, desde 1848, procurava organizar a segunda, sob a liderança de José Vitorino Damásio. Concepções diferentes no modo como se encarava a defesa da indústria, pois como Damásio dizia «*uma confia todo o aperfeiçoamento da indústria e seu desenvolvimento á instrução e educação da classe industrial, em tanto que a outra, á semelhança da Associação Commercial, cujos estatutos são imitação, parece organizada com o fim de levar á presença de S.M. representações que indicariam as necessidades da classe industrial*» (A.I.P., Livro de Actas, 1852-1855 transcrição de carta dirigida ao M. do Reino de 24.07.1852, s/p.).

²³ O primeiro, residente na rua Formosa, n.º 273, estava ligado à Companhia de Mineração Harmonia, à Companhia de Mineração Preserverança e à C.ª Portuense de Iluminação a Gás. Sublinhe-se que em algumas destas também participava na sua direcção o Visconde de Castro Silva, comungando, portanto, dos mesmos interesses. Não conseguimos detectar os interesses industriais de Francisco Gonçalves de Aguiar, negociante brasileiro de Cedofeita.

²⁴ É apresentado como brasileiro na lista de «negociantes nacionais e brasileiros» do *Almanak Commercial Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*, Porto, Typ. de J. L. de Sousa, 1854.

²⁵ Era filho do negociante João Ferreira dos Santos Silva (depois barão de Santos), que foi presidente da Associação Comercial do Porto e do Banco Comercial. Era, por isso, irmão do cardeal D. Américo, bispo do Porto, e de dois diplomatas que

Já atrás nos referimos às centenas de negociantes brasileiros na praça do Porto, sendo eles os principais responsáveis por um comércio com o Brasil que, no século XIX, era apenas uma sombra do que fora antes, mas ocupando, não obstante, um lugar preponderante no quadro das exportações portuenses, só ultrapassado pelo do vinho do Porto. Neste contexto podemos dizer que a grande maioria dos proprietários de veleiros do Porto nos meados do século passado eram, necessariamente, pessoas intimamente ligadas ao Brasil, mas um número considerável era mesmo constituído por «brasileiros», isto é, por indivíduos que tendo iniciado a sua vida comercial no Brasil se instalaram depois no Porto e se dedicavam a animar esse tráfico veleiro. O conde de Ferreira, por exemplo, que antes do cabralismo e do seu enobrecimento se assumia como negociante, fazia navegar o seu brigue «Activo» e participava em sociedade no «Orestes». Sociedades informais eram uma fórmula usual na congregação de pequenos interesses que tornavam viáveis as viagens de algumas embarcações: José de Azevedo Carneiro era «*senhor de um quarto da barca Flor da Maia, de cujo quarto não tenho título algum, porem confio em meus socios que são Manuel de Azevedo Maia, da freguesia de Fajozes, João da Silva Moreira, da cidade de Pernambuco, Manuel Pereira Pena da cidade do Porto*»²⁶. Francisco Gomes de Carvalho, da Praça Carlos Alberto, mas natural de S. Simão da Junqueira (Vila do Conde), dono da conhecida barca «Flor de S. Simão», declarava, à hora da morte, que a dita embarcação pertencia à firma Carvalho & Irmão, de Pernambuco, um estabelecimento de açúcar que ele tinha com o irmão, fazendo, assim, navegar a barca como se fosse portuguesa²⁷. Se procurarmos, por exemplo, no almanaque de 1844, os donos das embarcações da praça portuense que navegavam para o Brasil, verificamos que pelo menos 14 das 38 listadas eram de negociantes «brasileiros», segundo identificação que peca por defeito. Deve dizer-se que deste tráfico veleiro descendem alguns desenvolvimentos industriais: A. J. Andrade Villares, já referenciado em capítulo anterior como agente da Comissão Central de Colonização do Rio de Janeiro, responsável pelo engajamento de colonos, ele próprio antigo emigrante, será o dono de uma fábrica de pão de trigo e bolacha (não esqueçamos a ligação ao

representaram Portugal na Rússia. Cf. RIBEIRO, Augusto, «Conselheiro Carlos Ferreira dos Santos Silva», *C.I.*, vol. 3, Porto, 1885. Cf. ainda MÓNICA, Maria Filomena, «Capitalistas e Industriais (1870-1914)», *Análise Social*, vol. XXIII(99), 1987-5.º, pp. 819-863.

²⁶ Arquivo Histórico de Vila do Conde, *Livro de Registo de Testamentos*, n.º 3190, pp. 149-151 (ano de 1857).

²⁷ Idem, *ibidem*, n.º 3190, pp. 129-131.

fornecimento dos navios) e que, no Inquérito de 1881, aparecia já como uma moagem a vapor, cujas ramificações vieram até aos nossos dias.

Já em 1835, quando da fundação do Banco Comercial do Porto, a participação dos «brasileiros» da praça do Porto vai ter alguma importância. Apesar de só detectarmos 21 subscritores declaradamente «brasileiros» com um total de 543 acções (o banco tinha de capital 2000 contos, dividido em 10 mil acções, mas inicialmente só foram admitidos accionistas para 5000, ficando as restantes em reserva), a eleição para a direcção foi disputadíssima, tendo ganho o negociante do Porto João Ferreira dos Santos Silva (barão de Santos) a Joaquim Ferreira dos Santos (brasileiro²⁸ e futuro Conde de Ferreira) por escassos votos, o que nos mostra desde já o peso dos brasileiros na praça do Porto²⁹, numa altura decisiva para o seu futuro, o da criação do primeiro (e durante vinte anos o único) banco comercial, a que será depois conferido o direito de emitir moeda.

Já no segundo banco a ser criado no Porto — o Mercantil Portuense (1855), os brasileiros tem um forte ascendente quer na Assembleia Geral (com José Joaquim Leite Guimarães), quer na direcção (António de Sousa Barbosa, depois Francisco Pinto de Miranda). Do mesmo modo estarão «em peso» no terceiro — o Banco União (1862), com o Visconde de Pereira Machado, Delfim da Cunha Lima, Manuel J. Monteiro Braga, A. J. Monteiro Guimarães, Francisco José Cardoso, Joaquim Pinto Leite. E não podemos esquecer que o estabelecimento do «Brazilian and Portuguese Bank», no seu efémero estabelecimento em Portugal (1864-65), tinha nos seus fundadores e administradores do Rio de Janeiro, dois portuenses, o Conde de S. Salvador de Matosinhos, João José dos Reis, referenciado como uma das figuras de maior crédito na banca brasileira do seu tempo, e ainda o Conde de S. Mamede, Rodrigo Pereira Felício, natural de S. Mamede de Infesta, aonde nascera em 22 de Janeiro de 1820. Ambos contribuíram para a transformação do banco em «English Bank of Rio de Janeiro», em 1866, na sequência das turbulências bancárias que então por lá se viveram, e que se tornou num dos bancos mais utilizados para saques de cambiais a favor de Portugal.

²⁸ Sublinhe-se que nesta altura Joaquim Ferreira dos Santos assumia a condição de cidadão brasileiro, o que deve ter pesado na sua não eleição, para evitar o domínio de um estrangeiro. A declaração na Câmara Municipal para recuperar a cidadania portuguesa data de 1842.

²⁹ E não esqueçamos que Santos Silva, um negociante tradicional do Porto, já atrás referido, tinha na família, por parte da mulher, importantes negociantes no Brasil, para os quais enviará até um dos filhos, o que revela a complexidade de uma análise neste domínio.

Pelos anos 60, encontramos ainda «brasileiros» em diversas companhias da cidade: C.^a de Seguros Garantia, C.^a de Mineração Perseverança, C.^a Nova Utilidade Pública, C.^a Portuense de Iluminação a Gaz, bem como nas sucessivas direcções da C.^a do Palácio de Cristal. Outros apostam na «Carris de Ferro do Porto», na c.^a de seguros «Indemnizadora», ou directamente na indústria, como a «Fiação Portuense», sendo este o caso de Francisco António de Lima³⁰, entre outros.

Relativamente à fundação do Palácio de Cristal, embora o grande dinamizador da ideia tenha sido João Allen, sublinhe-se que os «brasileiros» do Porto estiveram presentes na sua origem: a primeira reunião dos fundadores foi presidida pelo Visconde de Pereira Machado e daí saíu a primeira direcção eleita, aonde se podem encontrar os nomes de alguns — Pinto Bessa, Visconde da Trindade e J. J. Pereira Lima. E nas sucessivas direcções outros passarão por lá, desde o Barão de Nova Cintra (José Joaquim Leite Guimarães) ao Visconde de Barreiros. É certo que se esperara colocar rapidamente o capital através da subscrição de acções no Brasil, pois, como dizia o Conde de Samodães, «*por aquelle tempo e ainda muito posteriormente todos os grandes tentamens nacionaes eram promptamente secundados pelos nossos conterrâneos, que se haviam expatriado para o Brazil em procura de posição mais vantajosa*»³¹. Mas desta vez a colónia portuguesa do Rio de Janeiro estava em conflito aberto com o governo central, por causa do conflito com o cônsul Barão de Moreira, e aquele não se aprestava a satisfazer as reclamações para a demissão do diplomata. Como a suspensão do envio de capitais para Portugal funcionava como elemento de pressão não se verificou desta vez grande adesão, pelo menos de início, havendo respostas positivas numa segunda tentativa, logo após a demissão do cônsul em 1862. Mas os «brasileiros» do Porto, especialmente os que constituíram o núcleo fundador, contribuíram fortemente com o seu capital para a formação do capital inicial³² desse edifício que, durante quase um século, foi um *ex-libris* da cidade e um dos seus principais lugares de animação e de divulgação³³.

³⁰ Cf. CASTRO, Abílio de, «Commendador Francisco António de Lima», *C.I.*, vol. 2, n.º 72.

³¹ SAMODÃES, Conde de, *Breve esboço Historico do Palacio de Crystal Portuense*, Porto, Typographia central, p. 26.

³² Idem, *ibidem*, pp. 38-39.

³³ Cf. SANTOS, José Coelho dos, *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em meados do século XIX*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1988.

Não poderá deixar de se referenciar aqui a experiência de «paternalismo» assistencial e industrial do Barão de Nova Cintra (José Joaquim Leite Guimarães). Exemplo típico do filho de lavrador (de Guimarães), em que toda a componente masculina saiu de casa, o mais velho para Lisboa, o segundo para o Brasil, e ele, o terceiro, para o Porto, aos 11 anos, ficando duas irmãs em casa. A sua partida para o Brasil acontece aos 17 anos, por chamada do irmão (1825). Trabalha inicialmente numa firma de fazendas brancas, passando mais tarde ao Rio Grande do Sul onde estabeleceu sociedade e se vê envolvido (e ferido) na «guerra dos farrapos», o que leva a regressar ao Rio. Aí entra na sociedade do irmão³⁴, do qual se torna independente pouco depois, formando outra. Casa, mas os dois filhos morrem crianças e a mulher segue-os pouco depois. Em 1864 deixa o Rio de Janeiro, vai de novo para o Rio Grande do Sul (provavelmente por razões de herança, já que a sua falecida mulher era de Porto Alegre e dela terá herdado valores importantes). Casa novamente no Rio, ainda com pouca sorte, pois a filha que daí surge morre num incêndio. Em 1851, parte para a Europa, compra a quinta de Nova Sintra, em Lisboa (no Lumiar), mas segue para uma viagem a diversos países, fixando-se em França durante algum tempo. Volta a Lisboa, aonde tem familiares, mas acaba por se fixar no Porto (1859). Sobre a actividade que aqui desenvolve já acima referimos alguns aspectos, nomeadamente a sua participação nos diversos bancos, seguros e Palácio de Cristal. Sublinhe-se ainda o seu papel na construção imobiliária, mandando edificar casa própria e mais sete para alugar na zona da Batalha e na rua do Heroísmo, tendo acalentado ainda projectos de urbanização para operários que não chegou a desenvolver, tal como nunca chegou a ocupar o palacete típico que mandou erguer em Campanhã, por lhe ter sobrevivendo a morte. Mas vai ser como provedor do Asilo de Mendicidade (às Fontainhas), enquanto membro do Conselho Filial de Beneficência, que se vai tornar notado, conseguindo acabar e pondo a funcionar uma obra que se arrastava indefinidamente (o que lhe valeu o título de barão). Mas o seu plano implicava resolver ainda outros problemas humanos ao nível da patologia social: assim, aquele Asilo iria emparceirar com um novo Asilo para a Infância Desvalida e um Estabelecimento de Artes e Ofícios, de modo a recolher crianças e raparigas abandonadas e rapazes vadios, ensinando-lhes um ofício e pondo-os a trabalhar. Problemas com a Câmara Municipal na cedência do terreno junto ao Asilo de Mendicidade levaram a que agisse por sua

³⁴ António José Leite Guimarães, futuro Barão da Glória, que no retorno optou por Lisboa, aonde habitava no seu palacete de Benfca «Beau-Séjour».

única iniciativa, comprasse o terreno na rua da China, e erguesse o «Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Cintra», custeado por sua conta. E será junto a este Estabelecimento que vai erguer a sua fábrica de seda, desenvolvendo todo um conjunto de acções para renovar esta decadente indústria que já tinha conhecido dias prósperos, nomeadamente em Trás-os-Montes. Já no Asilo de Mendicidade introduzira a criação do bicho-da-seda, levando à produção de casulos, trabalho que as asiladas desenvolviam. Na exposição do Palácio de Cristal de 1866, o Barão entra em negociações com um francês, Frédéric Germond, radicado há anos em Trás-os-Montes (Moncorvo) e que ali apresentou uma máquina que permitia superar as técnicas artesanais, a qual teve o melhor prémio. E com ele, enquanto director técnico, vai contratar a implantação da fábrica de seda, adoptando o ensino sericícola para os asilados do seu Estabelecimento, pelo que começou logo com um conjunto de rodas artesanais, enquanto preparava as novas instalações. Para isso, Germond vai a França buscar uma máquina a vapor e milhares de amoreiras, tanto para produção do Estabelecimento, como para distribuir por várias câmaras municipais que depois lhes vendessem a respectiva produção de folhas necessárias à criação dos casulos. Aí trabalhou um número variável de asilados e pessoas do exterior que chegaram a atingir o número de 140. Como curiosidade, refira-se que, em 1868, se fiou casulo num valor superior a 20 contos de réis e se exportaram cerca de 40 contos em semente e casulo, quando a despesa total desse ano no Estabelecimento foi inferior a 5 contos. Ou seja, mesmo deduzindo os custos de produção, deveria estar assegurada a auto-suficiência do Estabelecimento. Nas exposições de sericultura do Palácio de Cristal em 1867 e 1869, a representação do Estabelecimento ganhará o primeiro prémio, surgindo como o melhor produtor nacional, embora entre em decadência a partir de 70 com a morte do patrono³⁵. De qualquer modo, o Barão foi responsável por uma experiência singular, associando duas obsessões muito em voga no século passado: o controlo do «pathos» social (mendicidade, orfandade, vadiagem) através do asilo e do trabalho, seguindo o modelo inglês das «workhouses», no sentido explícito de fazer progredir a indústria nacional.

³⁵ Sobre o Barão de Nova Cintra e a sua obra há uma grande diversidade de informações impressas e de arquivo. No essencial, seguimos de perto, a excelente monografia que colige quase tudo: MENDES, António Lopes, *Colégio do Barão de Nova Cintra*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, policopiado, 1988. Agradecemos penhoradamente ao autor o facto de ter colocado a obra, ainda à espera de publicação, à nossa disposição, com autorização de consulta e utilização.

A presença de «brasileiros» será ainda mais acentuada nos anos 70, já no quadro das sociedades anónimas, e principalmente nos anos de euforia que se seguiram ao fim da guerra do Brasil com o Paraguai. Ela é frequente nos múltiplos bancos que se criam não só no Porto mas um pouco por todo o Norte, nas diversas companhias para os mais variados efeitos, nomeadamente nas de implantação e exploração ferroviária, não esquecendo o seu papel decisivo na Companhia de Progresso Marítimo, abortada por falta de capitais na sequência do pavor gerado pela crise de 1876³⁶. Não será por acaso que ascende à presidência da Associação Comercial do Porto, em plena fase de recuperação do câmbio brasileiro, um ex-emigrante nascido no Porto, o já referido Conde de Silva Monteiro, que, mesmo regressado, mantinha a sua casa (Monteiro & C.⁴) no Rio de Janeiro, à semelhança de tantos outros, regendo à distância os seus interesses, assegurando o futuro através da aposta em diferentes tabuleiros. Por falta de estudos monográficos sobre as empresas e os empresários, não nos é possível avaliar o grau de influência destes brasileiros nas companhias em que participavam, embora as biografias oficiais lhes atribuam obviamente um papel determinante. Limitámo-nos, por agora, a identificar a sua presença no tecido económico, reconhecendo-os nos corpos sociais das empresas, em lugar de direcção ou de influência. Certamente que a sua presença asseguraria a participação de muitos outros ao nível da subscrição de capitais, ao mesmo tempo que lhes conferia alguma capacidade de decisão e explicitava o tipo de interesses predominantes.

Nos anos 80, esta comunidade portuense de «brasileiros» ainda se renova, o câmbio volta a ser favorável e, trazendo o resultado do seu labor ou as rendas das firmas que deixavam no Brasil, entregue o negócio a pessoas de confiança, há ainda muitos que regressam e participam activamente na vida económica. José da Silva Figueira (Visconde de Barreiros, atrás referido) é um desses casos: filho de camponeses (da Maia), parte jovem para o Rio de Janeiro (1852), alcançando fortuna na construção, como arrematante de obras públicas, sobretudo desde que conseguiu a construção do túnel de Marmelos, no caminho de ferro de D. Pedro II, a que se seguiu parte da construção da linha Leolpoldina. Nos anos 70 vem à Portugal, retornando definitivamente em 1880, e, a par das benemerências, da nobilitação e da actividade política, desenvolve

³⁶ Os «brasileiros» e emigrantes do Brasil tiveram um importante papel na subscrição de capitais, e alguns na direcção, das duas grandes tentativas de criar companhias de navegação a vapor para o Brasil: a companhia por acções Luso-Brasileira, na década de 50 e depois a Progresso Marítimo, 20 anos mais tarde.

uma importante actividade económica: integra o conselho fiscal do Banco Comércio e Indústria, dinamiza por sua conta as minas carboníferas de Valdeão, é um dos mais importantes accionistas e membro do conselho fiscal das minas do Pejão, fundador da Sociedade Mutuária, da Parceria Pesquisadora Portuense, integra e é um dos directores do «sindicato dos caminhos de ferro à fronteira de Portugal», integra a sociedade empreiteira dos caminhos de ferro de Santa Comba a Viseu e da foz do Tua a Mirandela, e, sobretudo, fazendo jus aos seus conhecimentos técnicos, encarrega-se do difícil túnel do Pinheiro à Alfândega do Porto (obra esta de que os seus capitais se vão ressentir). É claro que este tipo de actividade não estava aberto a todos os retornados, pois passava pela disponibilidade de grande capital, pela integração nas redes de influência económica e política e pela interligação entre os vários agentes económicos: além da sua militância regeneradora, a participação no Banco Comércio e Indústria indica-lhe a entrada nos negócios ferroviários³⁷. Para as grandes fortunas destes «brasileiros» o importante eram as empresas que aparentemente poderiam dar lucro rápido e elevado, quase sempre congeminações nas salas e corredores do Edifício da Bolsa e dependentes dos poderes públicos. Tais empreendimentos, forjados na viscosidade existente entre políticos e negociantes, concorriam para uma ascensão simbólica que o ex-emigrante perseguia, pagando com os seus capitais o patrocínio das redes de influência, entrando na aristocracia de negócios prevalecente, a qual não dispensava o verniz nobiliárquico. Na verdade, muitas das concessões para os lugares dos corpos sociais das diversas companhias que se formaram durante o século passado correspondiam a estratégias utilizadas por diversos líderes de negócios da praça do Porto, tendo em vista assegurar o capital desses ex-emigrantes e a sua influência para o recrutamento de novos subscritores. Nomes como o de Isidoro Guedes, Kendall, Moser e outros estão quase sempre por detrás das iniciativas referidas, seja na formação de bancos, seja na de companhias para fins diversos.

Não faltam, desde cedo, os testemunhos sobre o papel do capital brasileiro na dinamização da indústria portuense. Como dizia Vilhena Barbosa, em 1862, a indústria «favorecida por leis protectoras e auxiliada por capitais vindos do Brasil, em retorno da nossa exportação de trabalho levou a todo o reino o seu benéfico influxo. O Porto, que foi a terra mais industrial do país tornou-se, por assim dizer, numa fábrica

³⁷ Cf. «Visconde de Barreiros», C.P., de 13 de Janeiro de 1887. Sobre esta personagem, cf. ainda *Revista dos Acontecimentos da Maia*, revista de que era co-proprietário e que lhe traça a apologia. Cf., ainda, OLIVEIRA, Álvaro, ob. cit.

imensa. O bairro oriental transformou-se por completo»³⁸. Dois anos depois, porém, Ribeiro de Sá, reconhecendo a importância dos capitais da emigração, visível nas casas, nos bancos, na dívida do tesouro, lamentava que na origem do entusiasmo pelas formações bancárias se não vislumbrasse nenhuma ideia de aplicação a melhoramentos agrícolas e industriais, embora previsse que, numa terceira fase, este capitalista não poderia deixar de contribuir para aumentar e desenvolver tais domínios³⁹. Julgamos, assim, que o primeiro autor se referiria, fundamentalmente, ao papel indutor das remessas monetárias sobre a indústria, espicaçando o consumo e, portanto, estimulando a produção, de forma difusa. É que a indústria não era, em si, um foco de atracção do capital, este dirigia-se de preferência para formas mais estáveis e previsíveis de rendimento certo, pois, tal como dizia um industrial do Porto em 1886, «*sem uniformidade no systema aduaneiro, sem um princípio nem fim que o determine, não ha capital que concorra á industria, para se não ver em lucta com aquellas eventualidades [fecho de fábricas], jamais tendo elle, como tem, 6 por cento de juro no paiz, e sem risco; pelo menos enquanto for pago, como tem sido regular até hoje, e ainda sem incómodos, sem decimas nem cuidados*»⁴⁰.

No entanto, verificara-se nos anos 70 algum direccionamento de capitais de brasileiros para a indústria, através de algumas das companhias já assinaladas acima, quer directamente (C.^a Aurifícia, Fiação Portuense, por exemplo), quer indirectamente, já que o investimento nas infra-estruturas de transporte implica sempre, a montante e a jusante, algum estímulo industrial.

Mas havia também, por parte dos «brasileiros», o investimento industrial directo, para investidores com capitais de menor vulto, logo preferindo controlá-lo pessoalmente e não disseminá-lo através dos mecanismos bancários ou accionistas. Alguns «brasileiros» não estavam inseridos (ou interessados) nas vias políticas e nobilitantes, e apostavam ainda no seu saber-fazer para reproduzir as poupanças amealhadas na emigração, principalmente quando se voltava cedo e era preciso direccionar ainda o futuro dos filhos. Outros, porém, davam continuidade aos conhecimentos profissionais que tinham adquirido no Brasil e retomavam a iniciativa, dado não aceitarem ainda a retirada da vida activa, procurando com a sua dinâmica o proveito económico e o prestígio social a ela inerente.

³⁸ Cit. por Mendes, António Lopes, ob. cit., p. 76.

³⁹ Cf. SÁ, Ribeiro de, «Lanifícios-II», *C.P.*, de 6 de Junho de 1864.

⁴⁰ CRUZ, Ferreira da, «Industriais», *C.I.*, vol. 1, 1884, s/p.

Em tais circunstâncias alguns desenvolvem mesmo uma acção claramente inovadora no campo das fábricas, apostando nas vias do maquinismo para otimizar a produção e a rentabilidade. Por exemplo, na Exposição Industrial de 1861, no Porto, surge, entre as várias fábricas de curtumes representadas, uma que já aplicava o vapor — a «Fonseca & Ferreira», resultante da recuperação da antiga e conhecida fábrica do Esteiro de Campanhã. Em estado de quase ruína foi comprada, por 1859, por Caetano José Ferreira, brasileiro de Cedofeita, e Inácio Pinto da Fonseca. Passado cerca de um ano, ainda em fase de obras e de instalação de maquinismos, já se apresentava com um importante sortido de couros na Exposição e capacidade para curtir 12 mil couros por ano. Com um mestre francês, utilizava uma bomba portátil para extrair a água dos tanques, e uma máquina a vapor de 12 cavalos, que permitia várias operações automáticas (moer a casca, lavagem e batimento das solas), triplicando, por exemplo, a superfície de sola em relação aos batimentos manuais⁴¹.

Também a fábrica de sabão do Freixo se apresentou com características inovadoras na Exposição de 1861 e com o simbolismo de representar um caso exemplar da liberdade de produção, pois para funcionar teve que esperar pela abolição do monopólio do sabão⁴². António Afonso Vellado (futuro Visconde do Freixo)⁴³ tinha apenas como capital humano a sua experiência de 14 anos de fabrico de sabão no Brasil, não tinha qualquer outro mestre nem operário especializado, só mais tarde admitiu um mestre espanhol. Investindo em capital fixo perto de 30 contos de réis, construiu a sua fábrica de raiz, especificamente para saboaria, com dois pisos, duas caldeiras de vapor de 10 cavalos cada e uma máquina que punha em acção uma serraria e uma bomba que intervinha directamente em seis caldeiras de ferro aonde se processava a cozedura. Começou a funcionar exactamente no dia em que foi

⁴¹ SÁ, Ribeiro de, «Exposição Industrial de 1861», *C.P.*, n.º 207, 11 de Setembro de 1861.

⁴² Recorde-se que no contrato de 1844 que levou à criação da Companhia do Tabaco, Sabão e Pólvora, teve um papel importante, entrando com capital e como administrador, um outro brasileiro do Porto, o Conde de Ferreira.

⁴³ A.A. Vellado era um caso especial de «brasileiro» endinheirado, tendo comprado o Palácio do Freixo, junto ao rio Douro, construção do século XVIII, da autoria de Nazonni, que tinha pertencido à família dos Távoras e estava na altura nas mãos do Visconde de Azurara. A saboaria seria uma instalação anexa, muito provavelmente, no local aonde hoje se situa o gigantesco edifício da moagem, obra de um «brasileiro» mais recente, que comprou por sua vez o mesmo palácio.

decretada a extinção do monopólio (1 de Julho de 1858) e quatro dias depois já vendia sabão a 40 e a 90 réis o arratel e que antes da liberalização se vendia a 200 réis, indistintamente. Na altura da exposição, ocupava 40 operários, tinha 21 depósitos espalhados pelo Reino e produzia desde sabonetes finos até ao vulgar sabão amarelo⁴⁴. Sublinhe-se que tanto esta fábrica como a anterior não estão em actividade duas décadas depois, não surgindo qualquer referência no Inquérito Industrial de 1881.

Outro exemplo do capital financeiro e humano da emigração aplicado directamente à indústria é o da chapelaria a vapor Costa Braga & Filhos. Francisco António da Costa Braga esteve 24 anos no Brasil, quase sempre ocupado na indústria de chapelaria, aonde consolidou conhecimentos e adquiriu capitais, pois tinha sido proprietário de uma fábrica no Rio de Janeiro e o primeiro a introduzir o vapor nesta indústria, pelo que, em 1863, o Imperador lhe concedeu usar o título de «imperial fábrica de chapéus». Casado e com filhos, regressou a Portugal, tendo montado a fábrica no Porto. Criada em 1866, na rua de Santo António, n.º 194, aonde recebeu a visita do Imperador D. Pedro⁴⁵, em Março de 1872, foi mais tarde ampliada e transferida para a rua da Firmeza, ficando o espaço anterior como um armazém de vendas e oficina de chapéus de seda. Em 1868 surgem grandes anúncios em *O Comércio do Porto* a anunciar a chegada de mais uma máquina de França, o que lhe permitia produzir 300 chapéus por dia e cerca de 80 mil por ano, convidando o público a visitar as instalações e mostrando-se disponível para encomendas com destino a Portugal ou Brasil. Em 1881, segundo o Inquérito Industrial, era a principal fábrica de chapéus no Porto, ultrapassando a «Social», sua concorrente, em produção, da qual cerca de 25% se destinavam à exportação (África, Brasil, Inglaterra e Espanha). Com 160 contos de capital, 2 máquinas a vapor e um mestre francês, tinha uma produção anual de 140 contos, equivalente a 110 mil chapéus de feltro, 40 mil sacos do mesmo e 2 mil de seda, ocupando um total de 188 pessoas⁴⁶.

⁴⁴ Idem, «Exposição Industrial de 1861», *C.P.*, n.º 208, 12 de Setembro de 1861.

⁴⁵ Cf. «Visita de S.M. o Imperador do Brazil á chapelaria a vapor», *C.P.*, de 6 de Março de 1872.

⁴⁶ Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881, Inquérito Directo — segunda parte, livro segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 175-182.

Outras fábricas se poderiam referir na área do Porto, algumas das quais tiveram grande desenvolvimento posterior. Foi o caso da fábrica de curtumes, no Ouro, de António Alves Cálem, uma actividade muito ligada ao Brasil, já que de lá vinha grande parte da matéria-prima e que exigia grandes capitais, dados os longos prazos de pagamento nas vendas, chegando a atingir um ano nas províncias. Era esse o costume, por exemplo, na feira anual de Viseu, em que o couro vendido era logo revendido sem lucro ou até com prejuízo, mas como o comprador só tinha que o pagar na feira seguinte procurava o lucro no giro desse capital disponibilizado⁴⁷. Refira-se ainda a fundação da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, por um grupo de capitalistas liderado pelo «brasileiro» do Porto, José Ribeiro Vieira de Castro⁴⁸, que tomou e reformulou a velha Companhia Industrial de Fafe. Esta deslocação de capitais para fora da cidade não foi caso excepcional: neste caso tratava-se de uma acção de fomento em prol da terra natal, mas como assinala M. Filomena Mónica, também se encontram no Sul do País várias fábricas e/ou participações de ex-emigrantes do Norte, nomeadamente do Porto⁴⁹.

Os exemplos poderiam continuar, sobretudo, se descessemos ao nível mais modesto das oficinas, pois, no meio artesanal, a estadia no Brasil era, em geral, mais curta e impunha a continuidade da vida profissional no retorno. Compreende-se, assim, um comentário como o inserto na Correspondência de Portugal:

«Do abençoado Brazil tem-nos vindo ultimamente cabedal e alguns homens activos e emprehendedores, que reservaram parte da vida para a viverem empregar em utilidade sua e de seu paiz. D'antes vinha só dinheiro. Quem o trazia, ou vinha para as Caldas, ou passar

⁴⁷ Cf. SÁ, Ribeiro de, ob. cit. (C.P., n.º 207).

⁴⁸ Embora natural de Fafe, J.R. Vieira de Castro é um dos muitos exemplos cujo tirocínio comercial se fez no Porto, numa casa de ferragens. Embarca em 1864 (passaporte 1560 de 9 de Setembro), com 21 anos, retornando por 1870 ao Porto, tornando-se accionista e empregado dos «carris de ferro», aonde chegou a Presidente. Note-se que esta companhia era completamente dominada por «brasileiros», pois para além de accionistas e administradores, empregava grande número de retornados menos endinheirados. Consta que para isto muito contribuía o facto de exigir seis meses de aprendizagem inicial não remunerada, facto que só estava ao alcance de filhos de família ou de indivíduos que possuíssem algum capital para se poderem sustentar durante esse período. Sobre Vieira de Castro, e, em geral, sobre o papel dos brasileiros numa vila de província, cf. o sugestivo livro de MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos «brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, ed. de autor, 1989.

⁴⁹ Ob. cit.

o inverno no leito. Eram vidas exauridas pelo trabalho. Não tinham mais que dar. Hoje a rapidez e a facilidade das comunicações transformaram tudo. Vão-se buscar á America habitos e habilitações de trabalho, e que só a necessidade longe do ninho paterno sabe ensinar. Algumas casas importantes de Lisboa e Porto, assim como algumas das emprezas modernas, são administradas por individuos que iniciaram a sua carreira no Brazil.»⁵⁰

Naturalmente só a multiplicação de estudos monográficos nos poderão permitir avançar para lá da dimensão casuística do investimento directo na indústria por parte dos «brasileiros». No entanto, não é fácil essa investigação, entre outros obstáculos, pela indefinição de papéis entre produtor e intermediário, por essa altura, existindo «fábricas» que eram sobretudo (e às vezes exclusivamente) centros de distribuição de produtos, não tendo quaisquer operários ou equipamentos em laboração e dependendo exclusivamente de produção artesanal e domiciliária, e, pelo contrário, vislumbram-se lojas de comércio que tinham ao fundo do quintal pequenas unidades produtivas. Assim, nos negociantes «brasileiros» listados nos almanaques do Porto devemos ver essa confluência de funções, que vão desde o pequeno lojista de retalho ao comerciante de grosso trato, especializado em vinho e produtos coloniais, em ferragens e panos, trabalhando ao mesmo tempo em comissões e representações, incluindo os seguros e serviços bancários, suscitando e promovendo o tráfico de importação-exportação, descendo eventual e conjunturalmente à produção industrial organizada.

O negócio no sector da hotelaria também não deve ser esquecido, Recorde-se Daniel Martins de Moura Guimarães, o qual, «grangeando no Brazil uma boa fortuna depois de largos annos dedicados ao commercio, voltou á Pátria. Mas como a sua vida de laborioso trabalho lhe não permitisse ficar inactivo, fundou aqui o Grande Hotel do Porto.»⁵¹ E não poderemos esquecer uma unidade já dos inícios deste século e cheia de simbolismo, ponto de encontro de tertúlias culturais da baixa portuense: o café-botequim *A Brasileira*, aberto em 1903 por iniciativa de um ex-farmacêutico que em Minas Gerais se dedicou ao

⁵⁰ Cit. por CARVALHO, Augusto de, *O Brazil — Colonisação e Emigração*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1876, pp. 290-291.

⁵¹ In *C.P.*, de 13.10.1894. Natural de Gondomar (Fânzeres) aparece nos registos de passaportes, em 1844, a embarcar para o Rio de Janeiro, com 17 anos. A nossa lista de retornos dá-o como regressado em 1867, presumindo-lhe 70 contos de réis como riqueza. Faleceu no Rio de Janeiro, numa última viagem, das muitas que realizou quer na América, Europa e até ao Oriente.

café — Adriano Teles, surgindo a ideia como uma forma de criar e propagandar uma marca própria, tendo por trás uma fábrica de torrefacção, pelo que, durante os primeiros 13 anos, o café à chávina foi ali servido gratuitamente⁵².

Por outro lado, o impacto deste investimento «brasileiro» não pode limitar-se à observação dos retornados, precisaria de estender-se às redes familiares, pois, frequentemente, é através de sucessores ou colaterais que a injeção directa de capital se verifica e, necessariamente, se consolidam os projectos lançados. Neste contexto, muitos estabelecimentos de negócio do Porto apesar de não terem na sua origem um «brasileiro» estão intimamente ligados ao capital da emigração, porque daí lhes adveio o capital para o investimento por processos de doação ou herança. Identificamos alguns estabelecimentos actuais, com êxito na praça comercial do Porto, que resultam de alterações de investimento relativamente aos projectos de «brasileiros»: filhos e netos que venderam as quintas e casas de lavoura organizadas e construídas por ex-emigrantes, cuja rentabilidade se tornou diminuta e incompatível com as novas expectativas socio-económicas, para fazer nascer e crescer estabelecimentos comerciais e na área de serviços.

Imobiliário urbano

Tal como os «brasileiros» que optaram por viver na ruralidade ou assumir as duas residências, também os do espaço urbano têm na casa um dos sinais mais evidentes da sua afirmação social. Particularmente notado foi o seu papel na construção de novas residências e nesse aspecto contribuíram fortemente para criar mercado de trabalho nos ofícios e indústrias ligados à construção civil, nomeadamente pela utilização de novos materiais (azulejo, ferro, telhas). A cidade tem as especificidades inerentes à elevada densidade de construção, por isso, nas zonas mais antigas ou já fortemente urbanizadas, os brasileiros continuaram a prática de acrescentar «tiras» aos quarteirões com vários andares, aqui e ali subindo um pouco mais, requintando na decoração externa (revestimento, janelas, sacadas, clarabóias) e, naturalmente, no desenho dos compartimentos internos, merecendo atenção especial os estuques. Naturalmente que a disseminação residencial do «brasileiro» é uma realidade e aqueles que continuam a desenvolver uma actividade

⁵² BASTOS, Carlos. *Livro de Ouro do Comércio e Indústria do Porto*, Porto, 1943, pp. 21-24.

económica têm tendência a estabelecer a habitação junto do local de trabalho, de preferência a loja no rés-do-chão e a habitação nos andares superiores, como acontece, por exemplo, na rua das Flores, Picaria, Santa Catarina, Cedofeita, Almada, etc. Mas a projecção social do brasileiro, a que se vem juntar o verniz do título nobiliárquico, requer, na medida do possível, habitações mais distintas. Alguns terão oportunidade de aplicar os grossos cabedais na venda das casas religiosas que o liberalismo extinguiu. Um dos casos mais significativos é o do convento de S. Elói, com a frente para a praça de S. Pedro, fronteiro, portanto à antiga Câmara Municipal do Porto, arrematado (19.09.1837) pela quantia de 80000\$000 por Manuel Cardoso dos Santos Junior, súbdito brasileiro⁵³, marcando de tal modo a zona que ainda hoje o passeio adjacente é conhecido como o «passeio das Cardosas», em referência às mulheres da família (esposa e filhas). Os conventos, adquiridos pelos novos «barões» do liberalismo, tornaram-se um objecto predilecto dos negociantes do Porto⁵⁴, não só na cidade como na província, adquiridos para residência e até para instalações fabris, tendo os brasileiros integrado essa procura, e se muitos não vieram a tempo das arrematações dos anos 30, compraram-nos depois em segunda ou terceira mão, e alguns arranjam forma de o título nobiliárquico se conectar com a nova propriedade que lhe dá o lustro⁵⁵.

O caso do Palácio do Freixo, adquirido pelo industrial de sabão acima referido, Afonso Vellado, ou o da Quinta do Chantre, em Leça do Balio, pelo «brasileiro» de Bouças António Godinho da Silva⁵⁶, mostram que as construções residenciais dos nobres em decadência também não escaparam a esta fúria aquisitiva, revelando, metaforicamente, que a burguesia liberal dos negócios, em que os «brasileiros» se incluíam, empenhou os seus capitais para segurar as traves decadentes dos grupos

⁵³ Arquivo Distrital do Porto, Fundo do Governo Civil, n.º 126 — *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de Bens Nacionais, 1836-1844* (n.º 54).

⁵⁴ Por exemplo, José Henrique Soares, da Associação Comercial do Porto, adquire, em 1835, dois — o de Santo André, em Ancede, e o de S. Gonçalo, em Amaranço. Ao primeiro irá buscar o título concedido ao tempo do cabralismo — barão de Ancede. (A.D.P., idem, *ibidem*, n.ºs 72 e 93).

⁵⁵ Veja-se o caso do Conde de S. Bento, em Santo Tirso. Manuel José Ribeiro, de S. Miguel das Aves, partiu com 11 anos para o Pará, regressando em 1874 para S. Tirso, onde se torna o benfeitor local (escolas, asilo agrícola, hospital, disponibilização de terras para o jardim-público, ofertas à misericórdia). Em 1882 comprou a casa e a quinta do extinto mosteiro de S. Bento. Cf. PEREIRA, Maria Manuela Prior Caldas, *Conde de S. Bento, Nome Ilustre de Santo Tirso*, S. Tirso, Câmara Municipal, 1984. Do mesmo modo, Afonso Vellado será Barão e Visconde do Freixo.

sociais até aí dominantes, procurando manter o edifício erguido, aqui e ali pintado ou decorado de novo, mas mantendo a estrutura de base, num processo de substituição de protagonistas.

Mas as escassas disponibilidades destes edifícios e a avalanche de retorno de «brasileiros» endinheirados vão impor a construção de casas típicas, a que os arrabaldes da cidade antiga, ainda ruralizados e disponíveis para a urbanização, são o espaço apropriado. Aproveitam-se especialmente os lotes das zonas do Bonfim e próximas do cemitério do Prado do Repouso, para abrir novas ruas, num processo geral de urbanização que corresponde ao rápido crescimento da cidade e no qual se destacará o palacete do torna-viagem, numa exuberância que foi objecto privilegiado da literatura, cujo estereótipo mais conseguido talvez seja o de Júlio Dinis, quando nos apresenta o bairro oriental com «*enormes moles graníticas, a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejo-azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas; os jardins, cuja planta se descreve com termos geométricos e se mede a compasso e escala, adornados de estatuetas de louça, representando as quatro estações; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era da edificação também douradas; abunda a casa com janelas góticas e portas rectangulares, e a de janelas rectangulares e portas góticas, algumas com ameias, e o mirante chinês*»⁵⁷.

Quadro excessivo e reducionista para caracterizar a «casa do brasileiro», ainda que de belo efeito literário, na denúncia do novo-riquismo e da excentricidade própria dos deslocados. Ramalho Ortigão será muito mais comedido e rigoroso: «*casas novas forradas de azulejo, em grades de ferro pintadas de verde e de cor de ouro, em hortas ajardinadas, em capoeiras bem sortidas e em caramanchões nos ângulos das quintas*»⁵⁸. Casas que vemos ainda hoje um pouco por toda a cidade, incluindo a zona de Cedofeita e da Boavista e até na Foz (logo no bairro ocidental, que Júlio Dinis atribuía aos ingleses) a maior parte já irremediavelmente condenadas, por falta de conservação e habitação, à espera do camartelo e do arranha-céus que ali, infalivelmente, se erguerá. A variedade de elementos por nós recolhidos, muitos deles ainda visíveis, mostra que é difícil falar de uma «casa do brasileiro», se abstrairmos de alguns elementos decorativos, nomeadamente a predo-

⁵⁶ Natural de Matosinhos (1807-1883), chegou ao Rio de Janeiro 1820, onde foi caixeiro e negociante (de 1838-1860), retirando então para Portugal.

⁵⁷ DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, Porto, Liv. Civilização, 1986, p. 41.

⁵⁸ ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, tomo I, Lisboa, Clássica Editora, 1986, p. 137.

minância das cores verde e amarelo e do frondoso jardim. Se um ou outro edifício nos surge mais exótico, a maioria eram indistintas, correspondendo aos gostos da época, entregues a construtores locais e, muitas vezes, construídas na ausência dos proprietários, sob a supervisão de um familiar ou amigo, com o dinheiro suficiente para permitir algum arrojo e inovação de materiais.

Não esqueçamos, de resto, que era vulgar «os brasileiros», tal como grande parte da burguesia, investirem na habitação para arrendamento e por isso foram clientes importantes de processos de urbanização, pois também aqui, quando era preciso capital, faziam-se subscrições no Brasil, assegurando o êxito das operações. Deste modo, é frequente encontrarmos nos testamentos dos «brasileiros» referências a várias casas em diversos lugares. Prédios na cidade, tal como as quintas no campo, eram sempre investimentos privilegiados, dada a sua rentabilidade e valorização. Quando faleceu, um conhecido «brasileiro» e benfeitor do Porto, Bruno Alves Nobre, tinha 4 prédios: na rua do Rosário, n.ºs 147-151 (sua habitação); na rua do Príncipe, n.ºs 422 a 432 (2 prédios); na rua do Cimo de Vila, n.ºs 109 a 113, este com 24 casas no fundo do quintal, ou seja, as chamadas «ilhas» para os mais carenciados⁵⁹. Também José Caetano de Carvalho, natural de Mesão Frio, que emigrou de 1846 a 1865, tendo sido farmacêutico no Recife e vindo a fixar-se depois no Porto, tinha dois prédios na Praça de Carlos Alberto, 3 casas em Cedofeita e outra na rua do Príncipe. Tinha ainda 15 casas e 7 armazéns no Recife (Brasil). Em Mesão Frio, possuía as quintas de Vila Nova, Gafaria e Freixieiro⁶⁰. Mesmo ex-emigrantes economicamente mais modestos e radicados no campo, dedicados às suas casas de lavoura, não se descuravam na compra de casas, que, no caso de descendência, repartiam pelos diversos filhos⁶¹.

Assim, do palacete do Visconde da Trindade, na praça Carlos Alberto (hoje sede dos Serviços Municipalizados), ao do barão de Nova Cintra, na rua do mesmo nome, já em Campanhã (hoje Centro de Saúde), vai uma grande diversidade de estilos e de imagens. Tomem-se, como exemplo, a diversidade de habitações deste último. Na praça da Batalha, duas moradias construídas em 1862, contíguas, n.ºs 10 a 13 e 14 a 16, servindo a primeira como sua residência. Tratava-se de uma

⁵⁹ Cf. «Testamento de Bruno Alves Nobre», *C.P.*, de 14 de Julho de 1891.

⁶⁰ Além de outros bens de raiz e móveis, nomeadamente acções de companhias e de dívida pública. Cf. «Disposições testamentárias», *C.P.*, de 10 de Agosto de 1889.

⁶¹ Sirva de exemplo o caso de Domingos António de Oliveira, de Canidelo (Vila do Conde) que, além dos bens rurais, tem 1 casa na rua de Santa Catarina e duas na rua Formosa. A.M.V.C., *Livro de registo de testamentos*, n.º 3191, pp. 163-165.

edificação que se ajustava ao modelo das casas tradicionais no Porto, com três andares e loja no rés-do-chão, a primeira com pátio interior, aonde se situava a cocheira e cavalaria, pelo que tinha duas portas para a rua, uma para a habitação, a outra para esse pátio interior, que contemplava também jardim e pomar. A segunda habitação, destinada a rendimento, não tinha cocheira, pelo que dispunha de uma só porta. Novidade, a canalização de chumbo, pronta para receber o gás de iluminação. Construiu uma outra habitação na rua de Entreparedes (n.º 1 a 5), com dois andares e águas furtadas e duas lojas no rés-do-chão. Ainda em 1863, arrematou mais uma casa na Batalha, n.º 75, comprada à massa falida de uma firma, com um andar e também um pátio interior. Em 1864, junto ao Estabelecimento Humanitário, compra duas moradas e terrenos, na rua do Heroísmo, para demolição e construção de 4 novas habitações (n.ºs 139, 141, 143, 145), praticamente idênticas, com um andar e mirante, dotadas de quintal e servidas por poços artesianos, com bomba de pressão a elevar a água aos andares, tendo estas casas sido igualmente arrendadas. Mais uma vez, são casas banais, embora de qualidade, mas integradas na linha seguida por esse tempo. Com o mesmo construtor destas casas, contrata o palácio que tencionaria habitar: com alguma imponência, o destaque vai para a escadaria que antecede a porta de entrada, para a sacada em ferro do 1.º andar, para o mirante. Não lhe faltava o jardim frondoso, com repuxo, e, como nota excêntrica, dois coretos de ferro forjado a ladearem o portão de entrada. Por curiosidade, este palacete de «brasileiro», veio a ser arrematado, após a sua morte, pelo conhecido negociante de ascendência dinamarquesa João Henrique Andresen⁶².

Política

Podemos dizer que a burguesia oitocentista do Porto tem nos «brasileiros» e nos estrangeiros (predominantemente de origem inglesa, mas também alemã e dos Países Baixos) duas linhas de força importantes, que a Associação Comercial, como patamar de convivência e de projectos negociais, ajudou a mesclar com a tradicional burguesia do Porto e até com a nobreza antiga⁶³. Há um importante núcleo de nego-

⁶² Seguimos os detalhes informativos fornecidos por MENDES, António Lopes, ob. cit., pp. 28-46.

⁶³ Vejam-se, por exemplo, os casamentos dos filhos dos Viscondes do Freixo ou de Alves Machado. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), *Nobreza de Portugal*, Lisboa, ed. Enciclopédia, 1960.

cientes de várias origens que distribuem entre si a liderança dos diversos projectos, desde bancos a companhias por acções, desde os lugares na liderança associativa aos de representação política. Confrontamos, por exemplo, as listas da «governança» da cidade do Porto para a segunda metade do século passado e lá vamos encontrar grande parte dos nomes que já tínhamos encontrado na Associação Comercial, nos bancos ou companhias acima citados. Dos «brasileiros», lá estão o Visconde da Trindade (Presidente 1854-55) e Francisco Pinto Bessa (Presidente 1868-78), ou o Visconde de Pereira Machado e o Conde de Silva Monteiro, em sucessivas vereações⁶⁴.

Pela sua capacidade económica, disponibilidade e busca de prestígio, os «brasileiros» procuraram afanosamente lugares políticos a todos os níveis, quer nos órgãos locais, nos regionais (Junta Geral) ou parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados como na Câmara dos Pares. Se a entrada do Conde de Ferreira, então ainda e apenas o negociante brasileiro Joaquim Ferreira dos Santos, na Câmara dos Pares, em 1842, por decisão de Costa Cabral, gerou uma grande indignação, com a nobreza velha e nova do liberalismo a recusar-se a patrocinar a ascensão de um «parvenu» sem credenciais de heroísmo militar⁶⁵, depois o «brasileiro» tornou-se uma personagem habitual, nas duas Câmaras. Para muitos, o lugar político correspondia ao coroar de uma carreira de duas ou três décadas de esforço e afastamento no comércio do Brasil, regressando-se com conhecimentos e capacidades acrescidas que a política reconhecia publicamente⁶⁶. A estreita ligação dos «brasileiros» ao cabralismo e, posteriormente, ao fontismo tornou-se um facto característico, comentado e satirizado na época. Mas ouve «brasileiros» em todos os tempos e partidos⁶⁷! E quando não eram

⁶⁴ «Os «homens da governança» do município do Porto desde 1428 até 1949», *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal, 1949, vols. XII (pp. 278-340) e XIII (pp. 200-209).

⁶⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, «Percurso de um brasileiro do Porto — O Conde de Ferreira», *Revista da Faculdade de Letras — História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.

⁶⁶ Entre os inúmeros casos que poderíamos citar, refira-se o Conde de Alto Mearim, José João Martins de Pinho, natural de Matosinhos, ainda primo afastado dos irmãos Passos. Emigrou aos 14 anos para o Brasil, onde seguiu a carreira tradicional — caixeiro, gerente, até fundar o banco de Crédito Real e o Banco Construtor, este de sólida reputação. Veio fixar-se em Portugal, sendo eleito deputado por Santarém (1892-97) e nomeado Par do reino (1898). No que respeita ao título, sublinhe-se que foi feito barão no Brasil, por D. Pedro II (1880) e Conde em Portugal (1891).

⁶⁷ Sublinhe-se que havia «brasileiros» literalmente obrigados a intervir na política, tal o peso do assédio, que por vezes tomava a forma de violência. Veja-se,

eleitos, frequentemente patrocinavam candidaturas de correlegionários e homens de mão, desempenhando a figura do «influente» local ou cacique que a literatura tanto zurziu. Uma grande parte da imprensa local era financiada por estes «brasileiros», como meio de promoção. Esta influência era ainda maior nos concelhos rurais, dado aí o cargo político constituir sobretudo um encargo, sem grandes vantagens económicas directas para os homens da administração⁶⁸. Mas, neste contexto, não esqueçamos que, ao nível político, tiveram ainda maior ascensão os filhos dos emigrantes, nomeadamente «brasileiros» de nascimento, que, na altura conveniente, optaram pela nacionalidade portuguesa. A capacidade económica acrescida, acumulada pelas ascendentes, permitindo a prossecução de estudos que não estiveram ao alcance destes, bem como o facto de disfrutarem do prestígio social alcançado por aqueles, estão na base do seu percurso ascendente, tanto na vida pública como na vida privada. Dos inúmeros exemplos, citemos o conhecido caso de José Guilherme Pacheco, nascido em 1823, no Rio de Janeiro, que veio com seis meses para Portugal, voltando aos doze para o Brasil, a trabalhar na casa comercial do tio; regressa depois, para tirar o curso de direito em Coimbra (1859), e a sua influência na política era tal que lhe chamavam o «rei de Paredes», aonde se fixou; regenerador, foi deputado várias vezes, governador-civil de Angra, presidente da Câmara de Paredes, procurador e presidente da Junta Geral do Distrito⁶⁹.

a este respeito, a «farpa» de Ramalho Ortigão, em que nos conta a sua viagem Porto-Lisboa na companhia de um ex-emigrante de Felgueiras, que, assediado pelas várias potências eleitorais locais, resistira aos convites, sofrendo desde logo uma grande hostilidade, a qual, por último, se transformou na invasão da sua propriedade por um bando de energúmenos, com a destruição de milhares de carvalhos e castanheiros que plantara. Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas (1876-1882)*, vol. XV, Lisboa, Clássica Editora, 1993, pp. 97-103.

⁶⁸ Por exemplo, um argumento para defender o desaparecimento do concelho de Paços de Ferreira na reforma administrativa que deveria entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1868 era o de não haver, como regra, homens disponíveis para os cargos públicos: «*O concelho de Paços de Ferreira tem sido, desde longa data, apontado para extinção, pela falta de vida local, e pela sua constante repugnância a satisfazer os mais simples deveres de administração; conservando sempre, não obstante a diversidade de situações em que se tem encontrado, a mesma índole refractária a todas as prescrições legais e a todas as instancias da autoridade superior, que jamais pôde conseguir trazelo a uma vida regular e normal.*» In Arquivo do Governo Civil do Porto, «Consulta do Governador Civil do Districto do Porto, sobre a mais conveniente circunscrição do districto do Douro creada pela carta de lei de 26 de Junho de 1867», *Livro de registo de correspondência expedida*, n.º 950, p. 64.

⁶⁹ Cf. SILVA, Inocêncio Francisco, *Diocionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

Naturalmente, o quadro poderia alargar-se a outros nomes e sentidos políticos, desde Júlio de Matos, o célebre psiquiatra que foi um ardente republicano, até ao caso especial de Bernardino Machado. O pai deste, futuro barão de Joane, partira do Porto no ano de 1840 para o comércio do Rio de Janeiro, e o filho, lá nascido, veio fazer os estudos secundários ao Porto, seguindo depois para a Universidade de Coimbra, onde subiu a lente, para fazer a seguir um longo percurso político⁷⁰. De deputado regenerador, foi ministro das Obras Públicas da monarquia, aderindo posteriormente à República (por 1903). Integrou o Governo Provisório em 1910, foi repetidamente ministro e chefe de governo, embaixador no Rio de Janeiro e Presidente da República por duas vezes.

CONCLUSÕES

O retorno da emigração para o Brasil durante o século passado tem sido fortemente minimizado, com base na propaganda anti-emigração que apontava a falta de visibilidade local de «brasileiros» ricos em relação ao número dos que partiam anualmente. Cálculos diversos, com base em informações officiosas e processos indirectos, mostram, no entanto, a sua grande importância, pois não terá andado longe dos 30 a 50%, conforme as épocas e destinos. De igual modo, embora em menor escala, importa sublinhar o papel da reemigração, que a partir dos anos 70, com a banalização das viagens pelo vapor, se transforma num dado importante, a baralhar estatísticas e projectos quantitativistas de análise. Para o período que estudamos, por exemplo, encontrou-se um nível de 7% para as saídas repetidas, no período entre 1836-1879, mas deve acentuar-se o facto de esta ser uma prática que incide sobremaneira nesta última década, indiciando o seu crescimento para os tempos posteriores, como o conhecimento biográfico nos evidencia, com diversos casos a confirmarem este fenómeno. Então, para um número crescente de indivíduos, a emigração transatlântica assume uma configuração de pendularidade alargada, embora com bastante irregularidade, ao sabor de crises locais e de projectos individuais de pequenos investimentos, a que a oscilação cambial dos finais do século também não é estranha. Retorna-se do Brasil com pequenos capitais e após curtas estadias, e volta-se, de novo, ao Brasil, quando o capital se esgotou ou não se reproduziu segundo as expectativas em causa, quando o câmbio baixou

⁷⁰ Sob o ponto de vista social, sublinhe-se o seu casamento com a filha única de outro «brasileiro» e político regenerador, Miguel Dantas Gonçalves Pereira.

de tal modo que sorveu as rendas provenientes do outro lado, ou ainda face à necessidade inesperada de novas injeções de capital em unidades agrícolas ou outros estabelecimentos.

Neste contexto, verificou-se uma maior fixação dos retornados no litoral, na cidade e à sua volta, sobretudo por parte dos mais endinheirados, reconhecendo-se o papel dinâmico de muitos «brasileiros» após o seu retorno. Da casa de lavoura, ampliada e rejuvenescida, à fábrica urbana e, sobretudo, às companhias financeiras, não faltaram exemplos de participação do capital da emigração, em muitos casos determinantes para a animação económica de certos sectores. Reconheceu-se, muito embora, que as grandes iniciativas das companhias por acções se desenvolveram dentro de um contexto accionista, movido por um pequeno grupo de nomes, numa tendência oligárquica com alguma renovação, que procura mobilizar o capital de outros e que se multiplica em cargos de direcção nas mais diversas firmas. Este processo dá-se em íntima aliança entre os «leaders» da burguesia local e os capitalistas retornados do Brasil. Não admira, por isso, que os «brasileiros» que tinham de gerir pecúlios relativamente pequenos, os quais lhes garantiam a velhice descansada e a dos seus familiares mas não se compadeciam com aventuras, preferissem não arriscar em empresas ousadas, garantindo antes os juros seguros da dívida pública. Neste campo, os aspectos de conservação prevaleceram sempre sobre os da inovação, imagem que caracteriza o emigrante em geral, já que, à partida, procura a ascensão no quadro social de que é originário e não a sua transformação.

Dada a diversidade dos ciclos emigratórios e do nível de capitalização, a inserção social no retorno também apresenta situações variadas, desde a retoma profissional do ofício ou da instalação da casa de lavoura à projecção negocial e política. Muitos dos emigrantes que voltavam tinham partido cedo e ao fim de 20 anos de trabalho conseguiam retornar com um capital razoável que lhes permitia reentrar «por cima» na sociedade de partida, ainda relativamente jovens, na casa dos 35-40 anos, procedendo a casamentos que revelavam, só por si, uma certa mobilidade social ascendente. Mesmo as pequenas poupanças que a grande maioria trazia e que se reuniam a algumas centenas de mil réis ganhavam, face ao baixo nível de vida, uma importância decisiva como impulso para os pequenos estabelecimentos pessoais. Outros «brasileiros», sobretudo com origem no comércio, retardavam o retorno e depois vinham viver apenas a sua fase jubilatória, descansando, fazendo curas de água para as maleitas da velhice, praticando a filantropia e esperando o reconhecimento público. Neste aspecto a comenda e o título nobiliárquico eram símbolos desejados, de resto comuns à burguesia acomodada e envergonhada que então imperava no Portugal oitocentista.

De qualquer modo, a animação económica do Porto durante o século passado muito ficou a dever aos «brasileiros» de retorno, quer na reanimação da actividade agrícola, no campo comercial, em que o comércio com o Brasil era uma longa tradição, na febre financeira e de especulação bolsista da segunda metade do século, quer ainda no campo industrial. Quadro que durou enquanto as condições cambiais se apresentaram favoráveis, por isso podemos dizer que, com a quebra do mil-réis⁷¹ em relação à moeda inglesa, conjugadas com outras medidas de agravamento fiscal das transferências por parte do governo brasileiro já republicano, se deixam de verificar condições para os reflexos monetários a partir dos anos noventa, preferindo a maioria dos emigrantes passar a investir as suas economias no Brasil. Nesta medida, podemos dizer que o «brasileiro» oitocentista acaba por esta altura, passando a ser muito raros os que vão ainda transferir-se com significativa riqueza para Portugal.

⁷¹ O padrão de moeda foi no Brasil e até 1942 o «mil-réis» (1\$000). Nesta altura será rebaptizado de «cruzeiro». Em termos cambiais o mil-réis flutuou durante a segunda metade do século XIX quase sempre acima dos 20 «pences», em 1890 desce bruscamente para os 10 «pences» e no final do século está já na casa dos 5, evolução que fala por si.